



Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões do dia dezasseis de dezembro de dois mil e treze

---Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na vila de Castro Daire, no Auditório do Centro Municipal de Cultura, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1 - Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 30/8/2013;-----
- 2 - Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 18/11/2013;-----
- 3 - Eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal nos termos do disposto na alínea c) do artigo 84.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 4 - Análise, Discussão e Aprovação da proposta de Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões nos termos do disposto no n.º 6 do art.º 2º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 5 - Análise, Discussão e Votação da 3.ª Revisão Orçamental, do exercício económico de 2013, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;---
- 6 - Aprovação da assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro;-----
- 7 - Análise, Discussão e Aprovação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos termos da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro;-----
- 8 - Análise, Discussão e Aprovação do Mapa de Pessoal da CIM, para o exercício económico de 2014, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 9 - Análise, Discussão e Aprovação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades, para o exercício económico de 2014, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 10 - Outros Assuntos.-----

---Realizada a chamada às dezoito horas e trinta minutos, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados:-----

- Pedro António Figueiredo Moreira;-----
- Vitor Manuel Melo Fernandes;-----
- Verificando-se a existência de “quórum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Acácio Pinto, declarou aberta a Assembleia.-----

---O Senhor Presidente da Mesa começou por usar da palavra e cuja intervenção se transcreve: “Gostaria de saudar a todos e a todas que hoje estão aqui nesta reunião ordinária e dizer-vos que é um grato prazer que esta reunião aconteça aqui em Castro Daire, como com certeza irá acontecer noutros concelhos.-----

----Dizer-vos que foi opção continuarmos com a rotação das reuniões pelos vários concelhos seguindo a ordem que estava decidida na Comunidade Intermunicipal.-----

----Podemos, agora de uma forma mais formal, iniciar a nossa reunião e eu começo então por saudar também o Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal, Dr. José Morgado, o Senhor Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal, Senhor Fernando Carneiro, o Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, e comigo tenho o Vice-Presidente, Dr. José Rodrigues., tendo a informação que o Secretário está a chegar e portanto com a Vossa anuência iniciáramos a reunião só com dois na mesa, se concordarem com isso até que ele chegue e chegará dentro de pouco tempo.-----

----Temos neste momento no início dos trabalhos uma substituição para fazer e eu pedia ao Dr. José Carlos Almeida que pudesse fazer a leitura da ata avulsa.”-----

----Conferida a posse, retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: “Concluído o formalismo da substituição vamos dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia”, que pelo regimento, como sabem, tem algumas condições para a sua utilização, pelo que gostaria, desde já, de obter a Vossa concordância para podermos fazer a sua atualização.-----

----O regimento é o regimento que vinha da Assembleia Intermunicipal anterior, tem alguns aspetos que são conflitantes e portanto eu proporia que se pudesse de uma forma prática atualizá-lo, constituindo um grupo de trabalho que pudesse proceder à sua atualização.-----

----A metodologia que eu proporia era que houvesse um elemento de cada Grupo Parlamentar, um do PS, um do PSD e um do CDS e um elemento da Mesa e gostaria de obter a Vossa concordância para esta metodologia.-----

----Se ninguém se opõem a esta metodologia aceitamos que cada um dos Partidos faça chegar à Mesa o nome da pessoa que o representará para depois constituirmos este grupo de trabalho, que trará um regimento atualizado, para poder ser discutido e votado na próxima reunião da Assembleia Intermunicipal.-----

----E a partir de agora então como é a nossa primeira reunião vamos dar início ao Período Antes da Ordem do Dia e para isso mesmo eu daria a oportunidade a quem o quisesse fazer para se poder inscrever no Período Antes da Ordem do Dia.-----

----O regimento que temos dá-nos uma hora para poder utilizar no Período Antes da Ordem do Dia, segundo a metodologia que lá está também expressa e que é do Vosso conhecimento, porque o regimento foi distribuído a todos.-----

----Não vou aqui impor um tempo, vamos ver se conseguimos moderar as coisas uma vez que há cinco inscritos, creio que vamos conseguir e se concordarem, podemos estabilizar em cinco minutos cada intervenção.” -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Cotta, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente vou tentar, se não forem cinco não ultrapassará os dez. -----

----Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, Senhor Presidente da CIM, novo Presidente da CIM, que desde já saúdo, senhores Deputados, senhores Membros do Secretariado Executivo, Comunicação Social, boa noite a todos. -----

----Estamos quase a iniciar um novo quadro comunitário de apoio, o qual poderá permitir os meios financeiros para o desenvolvimento de que precisamos. Os organismos públicos estão com fortes restrições orçamentais. As empresas portuguesas estão com meios de financiamento muito limitados e a custo muito superior ao da maioria das empresas europeias. Por estas razões temos de aproveitar de forma muito inteligente os fundos provenientes do próximo Horizonte vinte-vinte, os quais podem representar a única fonte substancial de capital em condições competitivas para investir. O Horizonte vinte-vinte tem um modelo de desenvolvimento diferente, orientado para o conhecimento, para a economia, para as empresas, para a investigação aplicada, para a criação de ecossistemas inclusivos. -----

----A CIM Viseu Dão Lafões é uma região muito heterogénea no seu desenvolvimento e nas características económicas, sociais e culturais. Tal como a zona Centro do país, temos um baixo desemprego, cerca de quatro por cento abaixo da média nacional. Somos uma zona que exporta mais do que importa, o que está, infelizmente, suportado em poucas e grandes empresas. No entanto temos também a mais baixa produtividade do país, fruto das atividades de baixo valor que são exercidas. Excetuando o concelho de Viseu, a nossa região está a perder população, a qual está a ficar muito envelhecida. O índice de envelhecimento médio nacional ronda os 1,2. Temos concelhos na nossa região nos quais o índice de envelhecimento é superior a 2,6, isto significa que temos duzentas e sessenta habitantes com mais de sessenta e cinco anos por cada cem jovens com idade até aos catorze anos de idade, o que demonstra de facto uma tendência demográfica insustentável. -----

----Temos um baixo nível de qualificação da nossa população, abaixo da média nacional, o que torna a nossa região pouco preparada para atividades de valor acrescentado. -----

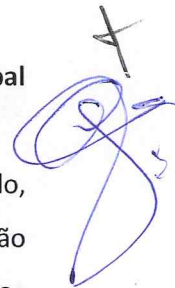
----A definição de estratégias de desenvolvimento é assim fundamental. Qualquer estratégia deve tornar-nos únicos. Queria saudar a CIM pelo facto de estar a debater a estratégia para o próximo quadro comunitário, realizando debates com as presenças das diversas forças vivas regionais. -----

---As estratégias que forem definidas para cada um dos setores devem permitir criar uma visão para a nossa região. Esta visão deve ser mensurável, com indicadores e métricas que permitam a avaliação da sua execução e a tomada de ações corretivas intermédias caso seja necessário. Temos diversas prioridades estratégicas, a economia é uma delas. Temos uma região com um tecido empresarial muito diversificado: turismo e lazer, saúde e bem-estar, farmacêutico, automóvel, indústria diversa, cultura, floresta, produtos endógenos e comércio. Temos de cuidar das empresas que temos, atender às suas necessidades, promover o seu trabalho em rede, aumentar as exportações e promover a internacionalização. -----

---As realizações de encontros setoriais, o trabalho em rede das empresas, a visita de compradores, o fomento das empresas locomotivas são boas práticas que devem ser seguidas. A atração do investimento direto, externo e nacional deve ser realizado de forma intensa. A nossa região está muito bem localizada para as exportações, quer terrestres quer marítimas. A via-férrea Aveiro-Salamanca é sem dúvida um investimento fundamental e colocar-nos-á a três horas de Madrid, um mercado com mais de cinco milhões de habitantes. -----

---A região está dividida, cada concelho tem a sua oferta diferente da captação de investimento. Desta forma teremos resultados fracos. A CIM Viseu Dão Lafões deve ter uma política ativa de captação de investimento, concertada e alinhada com alguém devidamente competente e capacitado, que se dedique a este importante trabalho.-----

---O turismo tem condições excecionais no nosso país e na nossa região. A região Viseu Dão Lafões tem uma gastronomia fabulosa, belezas naturais muito variadas, oferta hoteleira de qualidade. Temos uma oferta cultural e museológica grande, temos produtos endógenos únicos. Somos a zona com maior concentração de termas no país, temos um povo muito amigável, somos uma zona segura. No entanto este ano, que foi um ano excelente para Portugal, não o foi para a nossa região e porquê? Porque não existe turismo compatível com grandes incêndios, porque os recursos são escassos, porque não temos concertação, porque não temos promoção adequada. A cultura é fonte geradora de riqueza e deve ser fonte de atividade económica. A cultura promove a nossa autoestima e a nossa afirmação nacional e no mundo. Temos organizações culturais de grande qualidade como por exemplo o Teatro Montemuro, o Teatro Viriato e a ACERT. Temos tido excelentes exemplos como os Jardins Efémeros ou a Guimarães capital Europeia da cultura, com os quais houve claramente um retorno económico. A aposta na produção cultural, com base nas nossas raízes, realizada por organizações credíveis e orientada para resultados deve ser uma prioridade. Temos uma grande riqueza museológica e religiosa, temos escritores de grande relevo como Aquilino Ribeiro, temos de apostar por isso na produção e no nosso reconhecimento cultural. -----



---A nossa região tem produtos endógenos fantásticos: a castanha, a maçã, o queijo, o mirtilo, o frango e o vinho. Na zona Centro, quarenta por cento dos novos projetos agrícolas estão sediados na zona de CIM Dão Lafões. Isto representa uma enorme oportunidade para a região.

---É necessário cuidar dos canais de distribuição e da preparação destes produtores. Nem todos estes produtores estão preparados para a grande distribuição. Esta é muito exigente, tem regras próprias e exige muita competitividade. É fundamental por isso criar circuitos comerciais de cadeia curta, de proximidade, para promover a venda dos nossos produtos regionais. É necessário fomentar os mercados locais, as exportações de produtos através da vinda de compradores estrangeiros ou então usando empresas regionais que queiram “puxar” pelos nossos produtos. -----

---Mas tudo isto continuará a exigir a qualidade dos produtos e a preparação técnica dos produtores. Caso não o façamos, este forte investimento na cadeia agroalimentar que estamos a fazer na nossa região pode tornar-se um *flop*. -----

---Na capacitação e atratividade do território há para mim quatro aspetos importantes: o ensino superior, a cultura do empreendedorismo, os licenciamentos e a sustentabilidade ambiental. O ensino superior é crucial para a região para atrair, fixar e desenvolver talentos. O ensino superior vai mudar e é já no próximo ano. O governo quer mudar a rede do ensino superior, mas não podemos permitir que coisas diferentes sejam tratadas de forma igual. Temos de apresentar um novo modelo, com ensino politécnico e universitário, em estreita relação com a comunidade e ligado ao mundo. Temos de criar redes de transferência do conhecimento e tecnologia, nacionais e internacionais, entre empresas, ensino e o poder político regional. A maioria dos autarcas desconhece o que faz o ensino superior na região, assim como a maioria dos professores desconhece o território. O ensino superior é fonte de conhecimento e de investigação aplicada. É indispensável que sejamos competentes e que tenhamos muito conhecimento sobre os nossos produtos endógenos e que as empresas estejam cada vez mais ligadas ao ensino e vice-versa. Mas o desafio também se coloca aos autarcas e as autarquias pois o conhecimento proveniente do ensino superior será muito útil no desenvolvimento dos territórios. Deverá ser criado, por exemplo, um projeto-piloto a nível nacional, a propor ao Governo, de ligação das autarquias ao ensino superior em três ou quatro áreas específicas como por exemplo o desenvolvimento rural, a sustentabilidade ambiental, a eficiência energética ou o ensino do inglês. -----

---A CIM e os seus parceiros têm feito um trabalho notável na rede regional do empreendedorismo. Tem de ser mantido e melhorado e irá começar a dar frutos daqui a cinco anos. Até lá há que investir, há que ser persistente pois os frutos vão chegar. -----

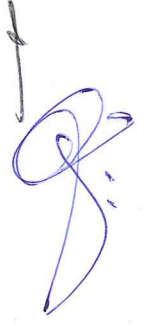
---Há necessidade de promover a proximidade e a facilitação dos licenciamentos. Em conjunto com as Associações Empresariais, devemos tentar receber competências nestes domínios que tornem a vida mais fácil a vida às empresas e aos cidadãos. A sustentabilidade ambiental dos territórios é indispensável para garantirmos o presente e para transmitirmos a região às gerações futuras. A gestão eficiente da água, da energia, da floresta e de todos os recursos culturais é fonte de atividade económica, de turismo e de qualidade de vida. Conforme acima referi, não há turismo em zonas ambientalmente destruídas. -----

---As infraestruturas não são um problema para nós, excetuando a via-férrea Aveiro-Salamanca e da ligação de Viseu a Sul, penso que neste domínio não precisamos ou pelo menos não temos dinheiro para as fazer. Temos de rentabilizar as infraestruturas que temos nos diversos domínios. -----

---Mas o principal ativo reside nas pessoas, nada se faz ou se justifica sem pessoas. Estamos a viver um processo demográfico terrível. Somos cada vez menos e cada vez mais velhos. Esta é uma demografia insustentável. Políticas nacionais e locais de apoio à família e à natalidade são necessárias. Temos de fixar as pessoas que temos e atrair outras. Incentivos ao alojamento de estudantes, incentivos ao arrendamento de casais jovens, creches e escolas de qualidade e acessíveis, políticas de apoio à compra de livros escolares, compatibilização da vida profissional e familiar são alguns exemplos de políticas que temos de reforçar e manter. Temos de melhorar o nível de qualificação das nossas populações, pela qualidade do ensino, combatendo o abandono escolar e apostando na formação dos adultos. A formação de qualidade e contínua dos nossos habitantes será certamente o melhor investimento que poderemos fazer. E nunca deveremos esquecer e repito, nunca deveremos esquecer, o ensino do inglês, desde o primeiro ciclo, porque de facto esse ensino do inglês é que vai ser a nossa principal garantia de comunicação com o exterior. -----

---Políticas de coesão social são fundamentais para reduzirmos os efeitos das desigualdades sociais, para sermos uma região inclusiva e tolerante. Uma sociedade civil forte é uma garantia de exigência e de progresso. Devemos fomentar a participação da sociedade civil, de forma organizada e positiva. A participação dos cidadãos, individualmente ou organizados, permitirá assegurar a maior qualidade das decisões tomadas e reforçará o valor da democracia. -----

---Se existe área onde também temos que melhorar é na nossa promoção, somos praticamente inexistentes neste domínio. Temos de definir que marca queremos, a que valores nos queremos associar, o que queremos comunicar, o que queremos promover e em que canais. Criar uma marca custa muito dinheiro, exige profissionais, exige rede e conhecimentos, começa e nunca mais acaba. Os eventos, por exemplos, que realizamos muito



na nossa região devem ser planeados, procurando tirar o máximo proveito dos investimentos feitos em conjunto ou isoladamente. -----

----Mas há um aspeto que é mais difícil de mudar e que tem a ver com as nossas mentalidades. Em todos os domínios temos de pôr a região acima de todos os nossos individualismos. Temos de evoluir a nossa forma de pensar. Somos eleitos para representar os cidadãos de uma região. Temos de promover a confiança dos cidadãos nos políticos, de aumentar a autoestima da nossa população, de transformar a nossa região num espaço de oportunidades. Temos opiniões diferentes certamente em muitos aspetos mas, tal como a nível nacional, temos de procurar consensos em políticas de médio-longo prazo. A concertação estratégica é fundamental para usarmos melhor os recursos que temos ao serviço dos cidadãos. Todas as negociações regionais que façamos devem ter uma perspetiva por isso mesmo de regional e não concelhia, uma perspetiva de benefício mútuo em prol do desenvolvimento regional. Se um determinado concelho não tiver condições para atrair um determinado investimento, é preferível que ele venha para um concelho vizinho, porque todos acabaremos por beneficiar com isso, é preferível que venha para um concelho vizinho e que não vá para um concelho distante de nós. Isto quer dizer que temos de criar uma visão com base nas estratégias que definirmos e que essa visão deve ter indicadores e métricas. Devemos ter essa ambição e essa coragem. Devemos criar indicadores para que daqui a sete anos, que sejam mensuráveis indicadores de população, de investigação aplicada, de produção cultural, de produção de riqueza, de produtividade, etc. Estes indicadores devem permitir criar já uma visão para o nosso território daqui a sete anos. Esta visão deve ser comunicada e partilhada por todos os cidadãos. Regularmente, deveremos aferir qual o nosso progresso em cada uma das áreas e tomar as medidas necessárias para aferir o seu progresso e corrigir os desvios. Se criarmos esta visão seremos certamente inovadores, corajosos e representaremos melhor quem nos elegeu. -----

----A nossa região está em competição com outras regiões nacionais e europeias. Vivemos uma época empolgante, de grandes oportunidades. Os autarcas têm um desafio muito difícil pela frente, gerindo áreas com as quais nunca se tiveram de preocupar. Aos autarcas pede-se um maior rigor e maior eficiência na gestão dos dinheiros públicos. A cooperação e a concertação são a única forma de tirarmos melhores rendimentos de todos os nossos recursos que temos em prol dos nossos cidadãos e do desenvolvimento da região. A coesão territorial é fundamental para fixarmos as nossas populações e atrairmos mais habitantes. A CIM é o espaço para essa cooperação. -----

---Senhor Presidente da CIM, Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal há que dar o exemplo. Estarei sempre ao dispor para a colaboração na definição de políticas, orientadas para os resultados, que promovam o desenvolvimento económico, social e cultural da nossa região.” -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Teixeira Marques, cuja intervenção se transcreve: “Muito boa tarde a todos. Os meus cumprimentos em primeiro lugar ao Senhor Presidente da Câmara que aqui nos recebe, cumprimentar, naturalmente, a Mesa, esta é a primeira oportunidade para fazer estes cumprimentos para a Mesa eleita, igualmente, naturalmente, ao novo Presidente da CIM que obviamente enquanto paivense é um grande orgulho ter o Dr. José Morgado como Presidente desta Comunidade, que com certeza fará um excelente trabalho e uma continuidade muito boa nos projetos da nossa comunidade e da nossa região. Dizer que tenho aqui, informar a Mesa uma moção de oposição ao encerramento de tribunais e repartições de finanças, porque é algo que nos vai assolar fortemente nos próximos tempos, já temos tido muitos ataques ao Interior do país e vendo estes números da demografia, principalmente que o Dr. João Cotta aqui nos deixou, isto é só mais um exemplo do que aí vem, fará com que tudo fique pior, nestes termos, se nós não fizermos grandes alertas ao Governo para deixar de ter esta política de desbaste do Interior e dos seus serviços, porque se nós já somos poucos e cada vez mais velhos se nos tirarem os serviços com certeza vamos ficar pior e com certeza vão querer que nós emigremos, por isso vou ler a moção que depois darei à Mesa para ser proposta:-----

---O Interior do nosso país e, de forma particular, a nossa região, têm sido violentamente atingidos por um vasto conjunto de iniciativas, do Governo, fortemente penalizadoras para a coesão territorial e para o tecido económico e social, com reflexos graves na qualidade de vida das populações. -----

---Como se já não bastassem esses ataques nas mais diversas áreas, surge agora no horizonte imediato o encerramento de serviços públicos com destaque para os tribunais e para as repartições de finanças, serviços do estado central com um papel relevantíssimo na qualificação dos territórios. -----

---Com o encerramento destes serviços é o próprio estado que se encerra em vários concelhos com a agravante de as populações terem que se deslocar para outros municípios sem se conhecer nenhuma racionalidade na decisão e sem que exista qualquer rede de transportes inter concelhia. -----



---Para além de tudo isto impõe-se denunciar o facto de não existir qualquer interação estruturada do governo com os municípios e com as populações sobre esta reforma que está em marcha.-----

---Neste contexto a Assembleia Intermunicipal Viseu Dão Lafões reunida no dia dezasseis de dezembro em Castro Daire delibera, se assim quiser naturalmente:-----

---1. Manifestar junto do Governo, da Assembleia da República e do Presidente da República, a sua oposição ao encerramento de tribunais e de repartições de finanças no território integrante da CIM Viseu Dão Lafões, pelos reflexos negativos que essas decisões têm na coesão e competitividade do território;-----

---2. Corroborar as diligências que todos os autarcas dos municípios da CIM Viseu Dão Lafões efetuaram ou venham a efetuar, junto dos poderes instituídos, no sentido da contestação do encerramento destes serviços, tribunais e finanças.-----

---Apresento esta moção porque de facto este é o momento certo para e agora que estamos a iniciar um novo mandato para tal como fizemos na CIM passada em algumas moções que foram aprovadas e levadas ao Governo e à Assembleia da República é o momento de nós dizermos que estamos presentes e que não concordamos com o encerramento destes serviços, que são serviços que abrangem toda a comunidade e então na questão das repartições das finanças é um razia quase total do nosso distrito, quando o Governo não percebe que no Interior do país a literacia digital não é assim tão grande como eles possam pensar, ainda há muita gente que vai aos serviços de finanças e precisa dos serviços de finanças para fazerem as coisas que supostamente o Governo pensa que as pessoas já fazem em casa e na questão dos tribunais também é algo absolutamente absurdo, por exemplo, nós estamos numa terra em Castro Daire, que tem um tribunal de excelência que é do Estado e que o Estado quer fechar para fazer não sei o quê, o Presidente da Câmara também não deve saber o que o Estado quer fazer com aquele edifício magnífico que ali tem e sem terem noção daquilo que custa para as populações, que vinham a Castro Daire, terem de ir para São Pedro do Sul ou terem de ir para Lamego ou para onde quer que seja, porque não há uma rede de transportes inter concelhia, isto não é uma área metropolitana, como a senhora Ministra tem em Lisboa e também é engraçado quando muitas vezes a senhora Ministra dava o exemplo de Pampilhosa da Serra mas eu aposto que ela nunca se deslocou sequer de Coimbra a Pampilhosa da Serra para saber as dificuldades que teria para lá chegar. Qualquer das formas, deixo aqui a moção, porque pretendo que seja posta a discussão e a votação."-----

---Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: “Vamos então pôr à discussão a moção que acabou de ser apresentada. -----

---Já agora depreendi que a intervenção inicial do Deputado João Cotta não foi feita sobre o ponto de vista de moção é só para ficar anexada à ata, é isso? Interpretei bem? E então esta moção está em discussão, quem é que se inscreve para intervir?” -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: “Cumprimentar a excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Mesa, cumprimentava também o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, o nosso anfitrião, o Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, cumprimentar todos os membros. -----

---Em relação a esta questão nós estamos completamente de acordo com a moção, não estamos de acordo com os considerandos, eu vou explicar com calma.-----

---Em relação ao esvaziamento de serviços públicos nós somos frontalmente contra porque entendemos que os serviços públicos no nosso Interior são essenciais e entramos num ciclo vicioso que é menos população, menos equipamentos, menos serviços e depois novamente, menos serviços menos equipamentos e entramos no ciclo vicioso e muitas vezes os próprios critérios que os técnicos, em termos centrais, utilizam são critérios que depois tem sempre a ver com o problema da população e é óbvio que nós e sabemos todos que nos concelhos os serviços públicos são muitas vezes âncoras, âncoras em termos do próprio desenvolvimento e por isso aqui não há dúvidas em relação ao problema do esvaziamento de serviços públicos.----

---Agora é preciso fazer uma história e a história dos serviços públicos em Portugal passa por muitas vezes por aquilo que são o esvaziamento de competências e passa também por esvaziamento de autonomias e passa por se perceber onde é que estávamos quando se assinou o memorando e não esquecer, e isto é público, é um memorando, não esquecer que quem assinou o memorando dizia lá, no memorando, que vinte por cento das repartições de finanças era em dois mil e doze e mais vinte por cento em dois mil e treze e alguém assinou o memorando e que no caso dos tribunais, no memorando, tinham o encerramento, o fecho de trinta e nove comarcas, nunca se disse quais as comarcas e entretanto entrámos em situação eleitoral, havia trinta e nove comarcas que estavam e foram inscritas no memorando que se assinou com a Troika e por isso não podemos esquecer que aquilo que é fundamental, e estão aqui alguns autarcas que sabem isto, que é fundamental que é a segurança última das pessoas, que é a saúde, encerrou o SAP de Santa Comba Dão, encerraram extensões em Santa Comba Dão, encerrou o SAP em Vouzela, encerraram extensões em muitos territórios desta CIM, não esqueçamos também este encerramento de serviços públicos e a saúde é um serviço público

essencial e depois também em muito lados houve aquilo que eu muitas vezes condeno que foi alguns centros escolares megalómanos que levaram ao encerramento de muitas escolas e não tem a haver com as escolas com dois alunos, não estou a falar das escolas com dois alunos, estou a falar de muitas escolas que tinham vinte alunos, trinta alunos, que foram encerradas, na base da construção dos tais centros escolares e a escola era também um serviço público muitas vezes essencial em muitas aldeias e muitas freguesias, houve municípios que pelo menos tiveram um princípio que foi haver em cada freguesia uma escola, viabilizar uma escola em cada freguesia do seu território e por isso a história dos serviços públicos é uma história longa, por isso temos de perceber também a evolução.-----

---Aquilo que nos interessa e por isso é que estamos totalmente de acordo com a outra parte é que para nós que estamos no interior, um serviço público é essencial e é uma matéria que não pode ser de régua e esquadro, concordamos todos com isso, é matéria que tem muita delicadeza que deve ser feita num clima de grande diálogo com os autarcas, muitas vezes procurando alternativas, procurando estudos, agora que não se faça e história de dois mil e onze para a frente e se esqueça a história de dois mil e onze para trás e por isso é que nós dizemos, nós em termos locais sempre fomos e tomámos posições contra o encerramento de serviços públicos e por isso porque entendemos que são essenciais e entendemos que, às vezes parece um *slogan*, investir no interior é investir no futuro, é de interesse nacional e contribui para a coesão económica e social nacional e entendemos que nós temos o direito a ter as nossas respostas a este nível, quer seja na saúde quer seja na justiça, quer seja na educação.-----

---Agora é uma matéria que tem de ser feita com grande diálogo, em grande consenso e não pode ser uma matéria que concordamos por causa de um estudo técnico, não esquecer que no caso das finanças havia um estudo técnico de dois mil e dez, e o que existe é novamente técnico, não há decisões políticas.-----

---O que havia de dois mil e dez era um estudo que encerrava dezassete finanças do distrito de Viseu e posso apontar quais são as sete que ficavam e agora há um novo estudo, não houve decisão política, como não houve em dois mil e dez, e por isso agora há um novo estudo, a decisão política ainda não foi tomada em termos de repartições de finanças agora é óbvio, há mal-estar, tomando uma posição e dizendo o que nós nesta Comunidade entendemos e aquilo que não queremos, pedia ao subscritor que se retirar os considerandos nós votamos a proposta, penso que há vontade em votar a proposta, por unanimidade se assim for o entendimento.”-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Telmo Antunes, cuja intervenção se transcreve:
“Muito boa tarde Senhor Presidente. Quero nesta primeira intervenção saudá-lo e felicitá-lo pela sua eleição. Quero também felicitar o meu distinto colega, ex-colega Presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva e Presidente da Comunidade Intermunicipal. -----

----Penso que o Dr. Mota Faria pôs aqui uma questão, uma consideração, no fundo uma proposta à consideração do subscritor da moção, para que a rescresse, retirando os considerandos e ficando apenas pelas conclusões. -----

----Eu estou de acordo com esta proposta do senhor Dr. Faria e subscrevo-a. Ficaria muito mal, enquanto ex-Presidente da Câmara de Vouzela, que tanto lutei e fui tantas vezes solidário, com o meu colega de Castro Daire relativamente ao tribunal, como com os meus colegas vizinhos relativamente às Finanças e com outros colegas relativamente à situação da Saúde. Não ficaria bem com a minha consciência ter que me abster relativamente a esta moção. Por isso, é um pedido que eu reforço ao senhor Deputado da parte dos elementos da bancada eleitos pelo PSD para que dê uma nova redação à sua moção. Os considerandos ficam na mesma em ata, porque são considerandos políticos e aquilo que é substancial e aquilo que nos une e que é uma luta de todos nós contra o encerramento dos serviços, seja deste Governo do PSD seja de todo qualquer outro Governo, para que essa luta seja ressalvada e que todas as suas conclusões sejam subscritas por nós. Conforme referi, tenho um historial de doze anos de luta pela defesa dos interesses da população do concelho de Vouzela, sempre estive solidário com os meus concelhos vizinhos e também estarei solidário sempre e no futuro com qualquer tentativa de qualquer Governo para encerramento de serviços no distrito. Muito obrigado.” ----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Marques, cuja intervenção se transcreve:
“Boa noite, mais uma vez. Dizer de forma breve e objetiva que não creio que nada nos considerandos que seja potencialmente contra o que quer que seja, aliás quando se fala em Governo não estou a falar deste Governo ou de outro Governo porque fez a história, e bem, da questão, como é norma nestas reuniões já muitas moções foram aprovadas contra o Governo, este e o anterior também e o anterior, anterior. -----

----Naturalmente contra as decisões dos que lá estão e são essas decisões que nos vão prejudicar no futuro e se neste momento temos a decisão técnica da extinção dos dezassete, que nem sequer corresponde aos tais vinte mais vinte por cento, que dezassete em vinte e quatro não me parece que seja a percentagem de quarenta por cento, nem cinquenta nem sessenta, temos aqui o devaste absoluto do nosso distrito, por isso a moção é clara e objetiva, os considerandos são o que são, não são falsos de certeza absoluta porque se não, não estariam aí, por isso são os pressupostos que nós queremos que seja os adequados e



obviamente apenas digo que se estão a favor desta moção, se acham que o encerramento das Finanças e dos tribunais é um mal para este distrito, obviamente são vocês que como nós todos, cada um de nós, irá tomar uma decisão porque nós quando foi o encerramento de vários serviços que o Dr. Mota Faria aqui falou, várias moções foram aprovadas contra esses encerramentos dessas situações, várias vezes e nunca se ouviu a questão dos providos, com os considerandos que existem ou não existem.” -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Telmo Antunes, cuja intervenção se transcreve: “Muito breve senhor Presidente, só para dizer que relativamente à moção apresentada o Grupo Parlamentar do PSD retira os considerandos e apresenta uma moção igual à apresentada pelo senhor Deputado apenas com as conclusões. Portanto, iremos votar duas moções: uma apresentada pelo senhor Deputado e outra pelo Grupo Parlamentar do PSD, por mim próprio e pelo Deputado Mota Faria.” -----

----Em face da ausência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a votação a moção, tendo a mesma sido aprovada por maioria com vinte e um votos a favor e vinte e cinco abstenções. -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Marco Almeida, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente da Mesa, cumprimentar o Senhor Presidente da Comunidade, Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire que nos honra com a sua receção aqui nesta bela cidade, senhores Deputados. Irei apresentar uma moção relativamente a dois assuntos que são do maior interesse e relevo para esta Comunidade.-----

----A Região Centro, nomeadamente a nossa Comunidade Viseu Dão Lafões, necessita para o incremento da sua competitividade e desenvolvimento económico de uma estratégia de acessibilidades multimodal. Fala-se, concretamente, de uma articulação inteligente entre os corredores rodoferroviários. Entende-se pelos primeiros, a ligação Viseu/Coimbra em autoestrada, bem como a conclusão do atual IC12. O trânsito internacional vindo da fronteira de Vilar formoso pode procurar o litoral e os seus portos de maior vantagem logística (Aveiro-Leixões), bem como a plataforma logística de Lisboa. Compreende-se, assim, que estes dois corredores são complementares e indissociáveis para o pleno alcance dos objetivos enunciados. Quanto à ferrovia é do senso comum que a ligação entre Viseu e a linha da Beira Alta, com a valorização desta, e a ligação entre Aveiro/Viseu/Guarda/Salamanca, constituem uma alternativa e articulação logística com a rodovia. É importante realçar que na linha da Beira Alta, o investimento a realizar deve traduzir-se, na prática, num aumento da segurança e velocidade e da consequente diminuição do tempo de percurso. -----

----É neste contexto, considerando os trabalhos já realizados e aqueles que estão em estudo ou projeto, e ainda o facto de estes investimentos poderem transmitir ao País, nomeadamente ao seu Interior, novas oportunidades e erradicação de constrangimentos, que a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Viseu Dão Lafões vem exigir ao Governo decisões rápidas e um calendário realista para a concretização prática destes impulsos ao crescimento económico, ao desenvolvimento sustentado e ao emprego. -----

----Esta é uma moção que gostaria que fosse aprovada e que entregaria ao senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal.” -----

----Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: “Vamos então pôr à discussão a moção que acabou de ser apresentada.” -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José António Pereira, cuja intervenção se transcreve: “Começo por cumprimentar a Mesa começando pelo Senhor Presidente da Assembleia da CIM, Senhor Presidente Executivo, Senhor Presidente de Câmara de Castro Daire, é um prazer estar no seu concelho, senhor Secretário Executivo, caros colegas.-----

----Relativamente à moção apresentada devo dizer-lhes que estou de acordo com a mesma embora em meu entender se deva acrescentar alguns pontos. Considero que o setor económico é importante mas, não podemos só pensar nesse setor, temos também que pensar na sinistralidade, já nesta Assembleia foram apresentadas por mais que uma vez, moções nesse sentido e, debatidos esses pontos. Recordo-me também que devia ser acrescentada nesta moção o IC37 de ligação Viseu/Seia, que é uma estrada que tem causado inúmeros acidentes mortais. Recordo-me também da ligação Viseu/Sátão que apesar de ter sido requalificada, continua a ter um traçado lento e de difícil acesso para os habitantes do Sátão e de toda a zona nortes do distrito, porque o desenvolvimento não é só Viseu. -----

----Considero de extrema importância a autoestrada Viseu/Coimbra, isto é um ponto assente, que precisamos da conclusão do IC12, também é um ponto assente logo mas, que seja feito de forma correta e responsável, para não acontecer o mesmo que está a acontecer no atual traçado do IC12. É lamentável que essa via neste momento volte a estar degradada, depois de corrigida e, para colmatar esse problema passe a ter um limite de velocidade de cem quilómetros/hora, portanto quando lá passarem tenham muita atenção porque o seu piso continua bastante degradado. Considero importante a sua conclusão porque é impensável que ela chegue a Canas de Senhorim como todos devem saber e, depois temos que andar pelo meio das localidades até chegar a Mangualde à A25. -----



----Concluindo concordo com a moção, desde que nela se inclua também o problema da sinistralidade e, porque o desenvolvimento e a segurança é de todos e para todos e, nesta CIM temos bastantes assimetrias precisamos de melhores acessibilidades entre outras coisas, logo esta moção deve incluir as vias de comunicação antes referenciadas como é o caso do IC37, a conclusão do IC12 e ainda uma via complementar a estrada existente para dar melhores acessibilidades ao Norte do distrito, nomeadamente Sátão, Vila Nova, Aguiar da Beira entre outras.” -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Sobral Abrantes, cuja intervenção se transcreve: “Senhores membros da Mesa, Senhor Presidente da Comunidade e demais presentes. -----

----Relativamente à construção do IC12 há que fazer aqui um enquadramento histórico e há aqui que lembrar o que foi o passado deste IC12.-----

----No saudoso tempo de Cavaco Silva o IC12 estava aberto a concurso, foram apresentadas propostas quando chegou a altura de abertura de propostas, mudou o Governo, foi então suspenso o concurso pelo Governo do Eng.º Guterres e determinada a abertura de novo concurso. Passaram-se anos, foi a obra novamente posta a concurso, foram apresentadas propostas no tempo do Eng.º Sócrates, foi suspenso esse concurso e passámos para portagens virtuais.-----

----Esta obra é uma obra reivindicada pelas populações essencialmente dos concelhos de Mangualde e Nelas há dezenas de anos, parou no tempo do Governo Socialista e eu na Assembleia Municipal de Mangualde recorde os tempos em que nós lutámos por esta obra, propusemos moções pela construção da obra e na altura não tivemos o apoio que devíamos ter tido dos outros quadrantes políticos.-----

----Congratulamo-nos que passados tantos anos possamos estar de acordo que esta é uma obra prioritária, deixar aqui o meu lamento que quando foram feitas autoestradas que pelos estudos técnicos está demonstrado que não deviam ter sido construídas, que não tinham os índices de circulação mínimos para a construção dessas autoestradas tenham sido feitas pelos anteriores governos e que se tenha esquecido as populações do Interior do distrito de Viseu.---

----É bom que nós agora estejamos todos de acordo e registo esta evolução do Partido Socialista no acompanhamento desta obra imprescindível para o concelho de Mangualde.” -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Marco Almeida, cuja intervenção se transcreve: “Obrigado Senhor Presidente. Eu queria dizer ao senhor Deputado José António que é com gosto que aceito e que vejo essas suas preocupações e com certeza terá a oportunidade nas próximas reuniões da Intermunicipal de apresentar uma moção com esses fatores todos que acha que serão importantes para o desenvolvimento desta região.-----

---Relativamente ao senhor Deputado Sobral Abrantes, sabe que as pessoas procuram é respostas e esta CIM quer estar longe, pelo menos é esse o meu entendimento, estar longe das quezílias político partidárias, este é um documento que não fala nem deste Governo nem dos governos anteriores, o que não incute responsabilidades em nenhum deles e o que esta Assembleia Intermunicipal quer é encontrar soluções para resolver o problema das pessoas e não discutir perfumes político partidários.”-----

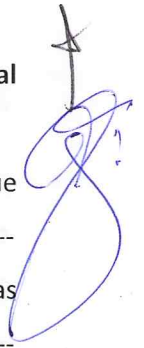
---Em face da ausência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a votação a moção, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Dinis, cuja intervenção se transcreve: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire, nosso anfitrião que hoje aqui nos recebe e bem, permitam-me que eu o cumprimente em primeiro lugar, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal e restantes membros da Mesa que o acompanham, Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Excelentíssimo Senhor Secretário Executivo da CIM, caros e caras deputadas, meus senhores e minhas senhoras.-----

---Após a instalação da Assembleia Intermunicipal no passado dia dezoito de novembro esta é a primeira vez que temos a oportunidade de darmos o nosso contributo para a discussão de alternativas políticas e para a construção de soluções conjuntas para os problemas do nosso território. A ordem de trabalhos é extensa e com pontos muito concretos não vai permitir que possamos entrar em grandes considerações, nem possamos dar grandes contributos mas permitam-me deixar apenas algumas ideias para refletirmos desde já.-----

---Uma primeira reflexão que tem a ver com a pouca importância dada pela Lei nº 75/2013 às assembleias intermunicipais, a meu ver esta lei retira ainda mais competências às assembleias intermunicipais reduzindo a sua importância para a discussão estratégica da região de tal forma que praticamente serve para aprovar o plano de atividades e orçamento em dezembro e o relatório de contas em abril de cada ano e é praticamente para isto que querem que esta assembleia sirva e tendo como referência a ordem de trabalhos que hoje nos é apresentada muito pouco de estratégico vamos discutir para nossa região.-----

---Por isso Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal pondere a possibilidade de futuramente nos convocar a todos para alargarmos os nossos contributos para além das duas reuniões ordinárias a que a lei obriga. Não importa definir desde já o modelo mais adequado mas importa desde já congregar toda esta Assembleia com as suas diferentes orientações,



conhecimentos e competências para darmos o nosso melhor em prol daqueles que representamos e que nos elegeram a vinte e nove de setembro.-----

----Não tenhamos dúvidas as experiências autárquicas, empresariais e associativas e as competências dos muitos de vós aqui presentes não podem nem devem ser desperdiçadas. ----

----A segunda reflexão que gostaria de aqui deixar tem a ver com o despovoamento da nossa região, já aqui foi referido por vários dos interlocutores e acho que merece uma consideração e uma atenção muito especial. -----

----No entanto, quer me parecer que o enfoque nas pessoas deverá ser de longe, aquilo que é estratégico para o nosso território. Temos defendido e já o defendi na Assembleia Municipal que a política fiscal terá de ser significativamente alterada nos nossos municípios, o garrote fiscal a que as nossas populações e os nossos munícipes estão sujeitos não vai permitir que as pessoas se fixem nos nossos territórios, temos de ser atrativos fiscalmente e por isso o desafio que tem de ser dado a cada um dos executivos é que aponte políticas no sentido do alívio fiscal dos nossos contribuintes. -----

----Depois e já foi aqui referido, gostaria de apresentar uma moção do Grupo Parlamentar do CDS-PP cujo globalmente eu vou fazer a leitura dessa moção mas cujo globalmente a moção anterior já verteu grande parte desses considerandos, iria lê-la e poria à votação também em particular o último ponto que está relacionado não apenas com as duas componentes aqui analisadas mas também com a questão do aeródromo de Viseu, por isso Senhor Presidente se me permitisse iria ler os considerandos desta nossa moção estratégica. O título da moção é “Objetivos Estratégicos Estruturantes da Região”. Considerando que importa num futuro próximo:-----

----1-Sustentar o dinamismo da região de Viseu, reforçando a articulação com concelhos do centro e valorizando o seu papel estratégico na estruturação de um eixo de desenvolvimento que se prolongue para o interior e litoral (Aveiro, Vilar Formoso, Vila Real, Coimbra);-----

----2-Estruturar o sistema urbano sub-regional, apostando na especialização e na complementaridade de equipamentos, infraestruturas e funções urbanas, suportadas por soluções eficientes e inovadoras de mobilidade; -----

----3-Explorar a posição estratégica da região de Viseu na rede de transportes nacional e transeuropeia; -----

----4-Reforçar a dinâmica industrial do sistema urbano sub-regional, de forma a suportar a base económica do “território de Viseu”; -----

----5-Assegurar que a aposta de Viseu no ensino superior conduz à exploração de sinergias entre as suas várias componentes, para estimular um ambiente favorável à investigação e ao

empreendedorismo e para desenvolver infraestruturas de suporte a atividades intensivas em conhecimento e tecnologia, em articulação com as universidades nacionais e das regiões transfronteiriças;-----

---6-Preservar as condições de genuinidade dos produtos endógenos regionais de qualidade e reforçar a sua projeção e imagem nos mercados nacionais e internacionais;-----

---7-Fomentar o turismo, através da criação de um produto turístico sub-regional que combine o potencial endógeno existente nas suas múltiplas dimensões: cultura e património, natureza e paisagem, turismo ativo, termalismo e turismo de saúde, enoturismo e gastronomia.-----

---Assim, é entendimento dos Deputados do CDS/PP nesta Assembleia Intermunicipal propor à votação que junto do poder central, e são três pontos, dois deles já foram aqui votados mas vou lê-los, já foram aprovados por unanimidade que:-----

---i) Se mantenha a decisão da construção da autoestrada de ligação de Viseu à A1 (Coimbra), devendo esta ser avaliada autonomamente, numa lógica de auto sustentabilidade e mantendo disponível o traçado do atual IP3. Como foi votado aqui há pouco;-----

---li) Se assegure a decisão de construção da linha ferroviária em bitola europeia Aveiro-Vilar Formoso com paragem em Viseu.-----

---Finalmente a terceira, gostaria de colocar aqui essa autonomamente à votação também, enquadrada novamente neste conjunto de mobilidade para a região: se solicite ao governo um estudo de impacto económico que aprecie a possibilidade do Aeródromo Municipal Gonçalves Lobato, devidamente ampliado, possa ser capaz de receber voos comerciais regulares operados por companhias de baixo custo “low cost”, como são comumente denominadas, portanto acrescentaríamos esta componente do aeródromo para ser realmente estudada e valorizada o seu potencial para que seja mais uma possibilidade naquilo que é a ligação entre estes elementos todos de mobilidade nos tempos modernos que se avizinham.”-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente da Mesa é só para dizer que o espírito da Comunidade Intermunicipal é sempre um espírito supramunicipal e por isso é esse espírito supramunicipal que devemos ter sempre aqui presente e por isso em condição alguma deveremos fazer propostas para um município e isto tem a ver com uma situação que é o Aeródromo Municipal.-----

---É municipal e talvez o Deputado, meu amigo Dinis, por estar em Tondela, a Câmara de Viseu já está a desenvolver, há muito tempo, toda uma série de diligências em relação ao Aeródromo Municipal de Viseu e por isso acho que aqui propor a esta Assembleia, propor um estudo ao Governo para um aeródromo que é municipal acho que é um preciosismo que



devemos aqui ter em consideração. Era a mesma coisa que eu agora viesse aqui e dissesse ao município de Tondela, está ali o Senhor Presidente de Câmara, e dissesse que Tondela deve fazer um estudo, pedir ao Governo para estudar uma situação de Tondela.-----

----Acho que é uma situação que devemos ter aqui algum cuidado em relação à autonomia municipal de cada e balizar sempre a nossa intervenção no âmbito supramunicipal, que é no âmbito em que nos encontramos e de qualquer maneira isto não invalida que o CDS na Assembleia Municipal de Viseu faça as suas propostas e certamente terá o Senhor Presidente da Câmara de Viseu a dar as respostas a nível da sua informação municipal de todas as diligências que já está a fazer há muito tempo sobre o Aeródromo Municipal de Viseu.”-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve: “Obrigado Senhor Presidente. Saudar o Senhor Presidente de Câmara de Castro Daire, agradecendo a simpatia de nos receber, Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente do Conselho Executivo e os demais presentes.-----

----Eu em relação a esta moção no que concerne aos dois primeiros pontos que até já foram votados de alguma maneira revejo-me completamente pois recorro e estou há bastante tempo nesta Assembleia Intermunicipal, no fundo a divulgação e o desenvolvimento dos produtos da região, nesta Comunidade tem um histórico e portanto em relação a isso o empreendedorismo é praticamente uma constante em tudo o que é notícia desta Comunidade, portanto no fim ao cabo é quase como que ratificar, reiterar tudo aquilo que a Comunidade tem feito ao longo dos anos. Já no que concerne à questão do aeródromo de Viseu e companhias de low-cost, nem nos meus mais afoitos pensamentos preparei minimamente esse tema, estou, confesso completamente a zero em relação a essa matéria e portanto não estou habilitado nem enquanto membro desta Assembleia e muito menos enquanto representante da Assembleia Municipal de Vouzela, em que este tema nunca foi sequer abordado. Portanto em relação a esta e como aos três pontos, caberá ao Senhor Presidente da Mesa resolver a questão. Há três pontos, dois já terão sido votados, um deles penso que até por unanimidade, já no que concerne a este terceiro, eu pessoalmente, votarei contra.”-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Dinis, cuja intervenção se transcreve: “Quer-me parecer que aqui há um mal-entendido. É evidente que quando se defende e se fala do Aeródromo Municipal de Viseu, logicamente não estamos a ver isto na lógica municipalista, claro que não. A intervenção, e aquilo que é a amplitude que pode ter um equipamento desta natureza, é para todo um território. E agora ao dizer-se que daqui a pouco Tondela vai pedir um aeródromo, pelo amor de Deus, acho que nós não podemos ir por este caminho. Acho que

devemos ter uma discussão aberta e que se ponha à consideração essa possibilidade, e que nós aqui nesta Assembleia Intermunicipal possamos todos dar o nosso contributo para isso. ----

----Não estamos a dizer que vamos fazer ou solicitar que ocorram voos comerciais em Viseu. Obviamente isso deverá ser feito autonomamente pelos operadores, e que as companhias deverão avaliar do interesse ou não, e do ponto de vista comercial explorar essa solução. Mas porque não colocar esse estudo à nossa consideração, e por aquilo que me é dado a saber, obviamente que eu não estou tão diretamente ligado às questões discutidas nas assembleias municipais em Viseu, mas creio que esta questão tem sido lá discutida. Qual é o futuro para aquele equipamento, e o que é que se pretende estrategicamente para um equipamento daquela natureza? -----

----Agora, a meu ver, o que podemos é potenciá-lo numa dimensão regional e porque não interligá-lo com todas estas componentes de mobilidade. Como disse, e como é evidente, nós não podemos decidir se as companhias low cost estão ou não interessadas em explorar esta componente, mas podemos criar algumas condições para se poder estudar essa possibilidade.-

----Portanto aquilo que aqui é colocado é fundamentalmente isto: deixar a porta aberta para estudos futuros e que possamos nós também contribuir para isso, e não numa lógica municipalista. -----

----Não está aqui em causa o facto de ser ou não ser o Aeródromo Municipal de Viseu. Não é isso que está em causa. O que está em causa, é tentar que aquele potencial que ali existe, possa eventualmente ser ampliado e ter também uma relevância regional. -----

----Portanto não me passa pela cabeça, nem a nenhum de nós certamente, que fosse pedir um aeródromo para cada um dos concelhos. Portanto, a questão não se coloca a esse nível.” -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: “não vamos agora aqui fazer mistificações, não foi isso nada que eu disse. -----

----O que eu disse é assim: o municipalismo tem a sua autonomia e tem de ser respeitado e era a mesma coisa, era agora esta Assembleia deliberar e estudar um parque industrial em Castro Daire, é a mesma coisa que está em causa. -----

----É uma situação que não deve, porque é de propriedade do município neste caso de Viseu. --

----Agora, é uma sugestão inclusivamente posso já avançar, isto tem a ver com o INAC, isto tem a ver com, neste momento vai haver, obras para a pavimentação, vai haver obras para a iluminação, são coisas que já estão em curso e a Câmara de Viseu tem o seu projeto estratégico também para o aeródromo que está inclusivamente, é ler o projeto Viseu Primeiro, estão lá essas coisas. -----

----Por isso se a Câmara de Viseu tem um projeto há que respeitar e não se a Câmara de Viseu tem uma estratégia par o Aeródromo Municipal tem que ser respeitada enquanto na sua autonomia municipal como qualquer concelho tem que ser respeitado na sua autonomia municipal. Num dado momento é possível conjugar fatores em termos supramunicipais, aí conjugam-se esses fatores.”-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio, para fazer uma declaração de voto antecipada e cuja intervenção se transcreve: “Relativamente a esta matéria penso que já ficou aqui bem clara a situação de qual é a finalidade desta ou qualquer outra comunidade Intermunicipal. Portanto é de interajuda entre os municípios e a interajuda é feita, eu não ajudo o meu vizinho quando eu entendo que devo ajudar eu vou ajudar o meu vizinho sempre que ele solicite essa ajuda e esse apoio e portanto é nessa filosofia que obviamente concordando com o propósito e o objetivo da dinamização e implementação e ampliação daquela estrutura que é fundamental, não posso de fora, é um pouco como fazer filhos em mulher alheia, portanto não foi pedida ajuda nem a colaboração à CIM, estamos aqui a abrir uma porta e um precedente extremamente delicado, extremamente complicado porque de hoje amanhã estamos sujeitos a virem aqui moções a apresentar investimentos concretos para o concelho A, B ou C, sem ter a anuência da respetiva autarquia. -----

----Portanto esta é a razão do meu sentido de voto, portanto voto não nesta situação porque entendo que estamos a abrir um precedente muito complicado em termos futuros e por qualquer um de nós futuramente ser legitimado a apresentar moções relativamente ao concelho A, B ou C e penso que essa não é de todo a filosofia destas comunidades intermunicipais.”-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Amaro, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente, Senhor Presidente da CIM, senhores Deputados. -----

----Eu acho que estamos aqui a lavrar penso eu num equívoco, portanto que é este: sobre o problema da territorialidade ou das propostas territoriais. Eu acho que quando se faz uma proposta que é estratégica não para um concelho em si mas para a região, independentemente de qual seja o município eu penso que isto, eu vim cá porque achei que isto é uma proposta pacífica, como disse o senhor Deputado e eu concordo, também com certeza o Município de Viseu estará interessado em que isso avance, mas coloquemos as coisas de outra forma, então e se houvesse problemas entre o município e o poder central em que a Câmara Municipal de Viseu chegasse à conclusão que precisava de um apoio da CIM? ----

----Agora se colocássemos isso nessa posição não haveria aqui se calhar este problema e portanto como não há este problema não vejo nenhum problema que esta assembleia, que é

uma assembleia Intermunicipal, como foi dito aqui também se é uma assembleia que decide sobre esta região, se acha que é importante para a região não para Viseu, porque o Aeródromo não servirá só Viseu, se é importante para a região não vejo que haja aqui problema algum do ponto de vista de quebra de solidariedade entre municípios.-----

---Como eu estava a dizer se esse problema existir com certeza ainda vem aqui outra vez, o que aqui se está a fazer é uma antecipação de algo que se calhar até já está na estratégia da própria Câmara Municipal. Eu, digamos, como pertencente ao Município de Viseu e portanto como Deputado eleito por essa circunscrição, eu não vejo nenhum problema em que esta assembleia vote favoravelmente uma ideia que é positiva.-----

---Eu acho que o que aqui se deve discutir e não saber se vai colidir ou não com aquilo que são os interesses do município, a proposta é ou não é importante para a região, e não é para o concelho de Viseu é para a região?-----

---Se ela é considerada importante é de bom-tom que se apoie essa mesma proposta, do ponto de vista de desenvolvimento regional eu pendo que isso não tem nenhum problema, assim o poder central o aceite bem sei que se calhar o Município de Viseu preferia digamos que essa proposta fosse sua e depois a CIM viesse apoiar essa mesma proposta, mas se veio ao contrário não há nada a fazer, eu penso que é um apoio no mesmo sentido, não vejo aqui qualquer problema, nem de ordem política nem territorial, porque com base em algum argumento do ponto de vista territorial então teríamos por exemplo um empreendimento muito importante para a região mas que está num determinado concelho e enquanto esse concelho não decidisse avançar a CIM ficaria de mãos atadas. Não deve ficar. O que tem de analisar é: é importante ou não é importante para a região? Não é para o concelho específico, é importante ou não é? Eu acho que é e como acho que é, acho que independentemente da estratégia do município ou outra estratégia qualquer na CIM, se ela está em cima da mesa é de apoiar. É a minha opinião.”-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Dinis, cuja intervenção se transcreve: “Há aqui um esclarecimento que é importante fazer. Isto não é para ver quem chegou primeiro ou quem falou primeiro no assunto. -----

---A questão não se coloca se foi a CIM ou se foi a câmara de Viseu que falou deste assunto. A questão não se coloca a este nível e portanto que fique bem claro. -----

---A intenção foi, e considerando em nosso entender que é um investimento estratégico para toda a região, e considerando também o facto de eu não pertencer à Assembleia Municipal de Viseu, e portanto não estou tão informado como os elementos que pertencem à Assembleia Municipal de Viseu, os quais saberão certamente algumas coisas que nós todos em conjunto

não saberemos, mas, repito, a intenção e a ideia é que também possamos complementar este pedido de informação com outras informações que podemos solicitar à Câmara de Viseu, e que possam ajudar a encontrar um modelo ainda mais forte e sustentado. -----

----Por isso dizemos e repetimos. A questão não se coloca em ver se é da CIM, ou se é da Câmara de Viseu. É importante, e não tenhamos dúvidas nenhuma de que este aeródromo com este potencial é importante e deve ser maximizado, mas qual é o modelo? -----

----Teremos certamente interesse, e poderemos associar a esta nossa proposta um ponto a pedir que seja solicitada à Câmara de Viseu que nos ajude a preparar um dossier ou a elaborar um conjunto de informações suplementares para pedir a Lisboa. -----

----Portanto não é preciso estarmos aqui “a chover no molhado”, a ver quem chegou primeiro ou quem chegou depois. A questão não se coloca a esse nível. O interesse é adicionar um conjunto de informações que podemos pedir a quem de direito, ao Município de Viseu, para complementar aquilo que falta ao pedido de informação e de que nós gostaríamos também que fosse feito o estudo, porque voltamos sempre à mesma questão: estrategicamente podemos considerar que este é um investimento não apenas para Viseu mas para todo um território, e porque não também a CIM dar o seu contributo e inclusive o nosso apoio formal para que em termos de candidatura possa esse projeto ser valorizado. -----

----Não tenhamos nenhum complexo em relação a isso, não tenham esse complexo de Viseu contra aquele município, ou de Tondela contra Viseu, ou de Castro Daire contra Viseu, não interessa nada disso. Portanto, nós aqui não estamos nessa batalha, e isso para nós não existe. Não existe no nosso espírito, nunca foi o nosso objetivo e por isso ao defender Viseu estamos, pensamos nós, a defender o investimento para toda a região em que a CIM se insere.” -----

----Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: “Bom, permitam-me que diga o seguinte: uma vez que está em cima da mesa uma questão que não está devidamente esclarecida eu apelava ao subscritor, se concordar com isso, que reescrevesse a parte resolutive, que me parece que é na parte resolutive que há a questão. -----

----Como me quer parecer que esta parte resolutive não corresponde já ao espírito que me está a dizer apelo que reescreva esta parte resolutive ou ponho à votação assim. -----

----Mas é melhor reescrever a parte resolutive não vejo outra forma de nos podermos todos entender, passaríamos à moção seguinte e de seguida votaríamos só a parte resolutive, acho que é a melhor forma de podermos ultrapassar esta questão.” -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Santos, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, senhores Secretários, Senhor Presidente da

Câmara Municipal de Castro Daire, Senhor Presidente da CIM, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, restantes participantes e presentes.-----

---Isto não é nenhuma moção, é apenas um texto, é uma manifestação política resultante de alguma perplexidade que tive na reunião de instalação deste órgão.-----

---Sendo este o meu primeiro mandato enquanto membro desta Assembleia Intermunicipal, apesar de começar a cumprir o quinto na Assembleia Municipal de Tondela, confesso-me no desejo de partilhar e aprender, mas nunca expor as minhas decisões a qualquer índole de pressão, de constrangimento ou de impedimento de carácter ideológico; nunca me deixei impressionar, nem tampouco deslumbrar, por palavras ou atos menos próprios ou métodos menos pensados; prefiro, sempre, cumprir o verdadeiro sentido da minha função, enquanto autarca e defender as minhas convicções, enquanto cidadão livre.-----

---Esta Assembleia não é um grupo de amigos, nem um mero conjunto de cidadãos é, acredito que seja, acima de tudo, um conjunto de vontades próprias e pensamentos individuais diferentes, e que devem colocar sempre, e em primeiro lugar, os interesses legítimos que resultaram na escolha de cada um de nós.-----

---Mesmo na igualdade, somos todos diferentes!-----

---A não ser assim, não se justificaria a existência deste órgão, que não pode, nem deve, comportar-se como instrumento ratificador de meras formalidades, mas antes assumir a sua verdadeira dimensão de discutir, analisar, contrapor, discordar e, por fim, aprovar as melhores ideias e resoluções que vão de encontro aos interesses da nossa comunidade.-----

---Nada, nem ninguém, é, mesmo que em abstrato, dono da verdade, e nada nem ninguém é, em concreto, tão eloquente que se julgue portador de toda a razão. Nem alguém pode, com qualquer legitimidade, fazer desafios contrários aos mais basilares desígnios dos valores da democracia e da liberdade.-----

---Sendo o convencimento uma arte e um mérito, quando utilizado na defesa das nossas ideias torna-se ilegítimo sempre que desencadeie situações que, por emotivas, se revelem ameaçadoras de quaisquer vontades.-----

---O pensador e autor teatral brasileiro Nelson Rodrigues, falecido há mais de três décadas, dizia que: " Toda a unanimidade é burra" e que " quem pensa com a unanimidade não precisa de pensar". Eu não pretendo ir tão longe! Não confiro a minha total concordância àquelas suas reflexões, mas deixam-me a pensar. Há sempre uma certa dose de imprecisão, em tudo o que dizemos ou naquilo que pensamos, mas ainda bem que assim é! Mas há uma verdade em que acredito, como concluiu o filósofo René Descartes "Penso, logo existo. Duvido, logo Penso!"----

---Ora, se a unanimidade é, por uns, um, embora disfarçado, vigor, para outros, e onde me incluo, pode ser uma situação de constrangimento, de desmotivação e de falta de lucidez coletiva, sobretudo quando permitimos que as nossas convicções resvalam na fraqueza de um certo comodismo em que nos deixe embalar e, porventura, adormecer!-----

---A democracia não se alimenta de unanimidades. Nada é mais saudável para a democracia que a diversidade de ideias, que poderão constituir uma causa. O mais importante das nossas decisões são os objetivos que pretendemos alcançar, sem equívocos nem constrangimentos. Antes de tudo, aceitemos este desafio: procuremos causas!-----

---Quando, cada um de nós assumiu uma candidatura, não praticou qualquer ato heroico, mas agora, à nossa responsabilidade, junta-se uma missão que não se compadece com desvios ou hesitações.-----

---Quero com isto dizer que estou aqui para defender os interesses da nossa região mas, e acima de tudo, defender os interesses do meu concelho! É o meu único compromisso e não embarcarei, em consciência, em jogos de bastidores ou alienação de vontades! Defenderei, pela voz ou em silêncio, os princípios que trago dentro de mim.-----

---Não me preocuparei com o “politicamente correto”, mas cuidarei que, cada vez que sair daqui, vá de cabeça erguida e com a consciência de não ter traído as expectativas daqueles que acreditaram nos meus compromissos!”-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Fernando Figueiredo, cuja intervenção se transcreve: “Muito boa noite a todos, Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire, membro da Direção da Mesa, Secretário Executivo, caros Deputados e caras Deputadas, órgãos de comunicação social aqui presentes.-----

---O CDS vê neste mandato que agora se inicia reforçada a presença nesta Assembleia e manifesta vontade firme de com ela colaborar na procura e decisão das melhores soluções para a região e consequentemente para o país. Não perderemos tempo com retórica mas emprestaremos toda a nossa capacidade política na apresentação de propostas e soluções que na nossa visão melhorem a gestão desta CIM e com ela se possa oferecer aos cidadãos da região mais e melhor futuro. Procuraremos ser exigentes, rigorosos, competentes no escrutínio desta mesma gestão sem deixar de apresentar alternativas concretas e fundamentadas para a melhoria contínua de valor e imagem da CIM na região e no país. Assim sendo, Senhor Presidente fazemos aqui hoje a entrega da declaração da constituição do grupo Intermunicipal CDS, que me coube liderar, de três moções a votação que os Deputados

encarregados da redação apresentarão e de um requerimento sobre a extinta Lusitânia - Associação de Desenvolvimento Regional. Entregarei no final da minha intervenção. -----

----Propomos, desde já, também a constituição de uma comissão de revisão do mal elaborado e desajustado regimento desta Assembleia, face à nova legislação em vigor. Repetido em muitas áreas e contraditório noutras como é o caso do artigo vinte e três, este regimento plasme-se foi no mandato anterior assim votado por unanimidade e como o CDS também o sufragou nem mais comentários tece a não ser o da constatação da sua urgente e necessária revisão. -----

----Iguar proposta se deixa à consideração da Mesa relativamente aos estatutos da CIM, o documento é de tal forma extenso, generalizado e desorganizado que merecia igual tratamento de rigor e sistematização, veja-se o caso no número dois do artigo quarenta e oito e depois compare-se com a realidade no quadro do pessoal aqui sujeito à aprovação desta Assembleia, ficamos esclarecidos quanto a profissionalismo e rigor se colocado nos atuais moldes à votação desta Assembleia o CDS não o inviabilizará é certo para não obstaculizar serviços da CIM mas também em coerência não o sufragará.-----

----Acrescenta-se como contributo para discussão a seguinte proposta de funcionamento e imagem desta Assembleia: transmissão online integral e em direto das sessões; disponibilizar em site as atas e gravações das sessões como composição da Assembleia, legislação diversa, atas de reuniões, gravações áudio, recomendações, moções, etc.; Criar e disponibilizar ao público contas de correio para os grupos desta Assembleia; disponibilizar o registo de interesse bem como faltas assim como registo de atividade e de intervenções; Possibilidade de marcação online das intervenções por parte dos cidadãos que devem ter lugar no período antes da ordem do dia; As sessões realizadas sempre que possível aos sábados ou em alternativa em horário pós-laboral são algumas das propostas que deixamos ficar relativamente a esta Assembleia.-----

----Em aberto, ficam ainda para reflexão e debate as seguintes questões: porque não em regulamento consagrar também a criação de comissões especializadas, por exemplo, para apoio e revisão dos planos previstos na Lei nº 75/2013 e apoiar desta forma também o secretariado desta CIM? Faltam duas semanas apenas para o início de um novo período de programação de fundos comunitários dois mil e catorze / dois mil e vinte, aconselha-se a este propósito a leitura do artigo de opinião do professor Norberto Pires que aqui em parte se reproduz, mas certamente que ninguém neste fórum ignorará que os fundos comunitários são fulcrais para Portugal e especiais, importantes também para esta região, mas só o serão se forem bem programados, bem definidos em objetivos e muito bem acompanhados e



avaliados. Não podemos manter o modelo de executar fundos e deitar à rua dinheiros públicos como é disso exemplo muitos dos projetos da Lusitânia – Associação de Desenvolvimento Regional. -----

----Sem planos e objetivos definidos limitamo-nos a criar equipamentos desnecessários e que são hoje impossíveis de manter e alguns deles até já se encontram encerrados. Por isso e pela grave crise a que a região não é estranha também não devemos desperdiçar um novo período de programação dois mil e catorze / dois mil e vinte, nem deixar que seja mais uma enorme fonte de dívida. Não se pode deixar isto na mão dos consultores e de alguns senhores habituados a viver à mão, à mesa dos fundos comunitários e a esse propósito regista-se pela negativa os valores orçamentados para dois mil e catorze em consultadoria e serviços externos a que esta CIM se propõe gastar no próximo ano, é sinónimo de um modelo despesista e preso a uma lógica interna que por suposta incapacidade requisita-se um serviço aos amigos. -----

----Ficaremos atentos ao que essa despesa resulta em concreto para a CIM e ao do que aí resultará em benefício para a região. Feito este aparte, reafirma-se que é necessário que sejamos capazes de promover um amplo debate sobre fundos comunitários e reunir um amplo consenso sobre objetivos, plano de ação, plano de controlo e gestão por parte desta CIM. -----

----Facto, também na furtiva elaboração do orçamento hoje aqui sujeita a votação, alguém o fez como bem entendeu à luz de uma visão parcial mas que agora querem ver sufragada através de cheque em branco, são os novos ciclos com os hábitos do passado, onde o CDS não se revê nem o contribuinte, por certo. -----

----Voltamos ao farol do tema para recordarmos que as contas de execução do QREN começaram em janeiro de dois mil e sete apesar dos acordos serem de outubro de dois mil e sete, isto é, o período de programação começou a um de janeiro, os acordos só foram assinados em Portugal, por Portugal em Bruxelas, dez meses depois. -----

----Os regulamentos, isto é, a forma como se processavam os concursos só existiram em dois mil e nove mas até junho de dois mil e nove, as várias equipas gestoras e os promotores andavam preocupados com o terceiro quadro comunitário, isto é, apesar de ter começado em dois mil e sete só teve execução a partir do verão de dois mil e nove, ou seja, dois anos e meio depois de ter iniciado, zero por cento de execução em dois mil e sete, zero por cento de execução em dois mil e oito, execução residual em dois mil e nove. Pois claro a ordem foi: gastem, gastem, gastem, em quê? Não interessa, gastem, o resultado está à vista. E esta CIM parece querer seguir ainda o mesmo princípio se não como é que se compreende que atividades para as quais não foi possível encontrar realização nem interessados, sejam reprogramadas para o próximo ano? O que mudou entretanto que garanta a eficácia da ação



em dois mil e catorze? Ou talvez a pergunta mais ajustada seja afinal a de saber o que não mudou? Porque não se anula esta atividade e repensa o investimento numa perspetiva de garantido retorno económico ou da tão necessária criação de empregos?-----

Não contem com o CDS para continuar a garantir sequer sem questionar esse modelo instalado.-----

---Aqui chegados, reafirma-se que o próximo quadro dois mil e catorze / dois mil e vinte, é essencial para Portugal e é necessário prepará-lo com afínco tendo por base o interesse da região e de Portugal, convém não cometer agora os mesmos erros cometidos na preparação do QREN, é preciso um amplo debate local. Vamos já começar muito tarde e é inacreditável que o único dinheiro disponível para o investimento até dois mil e vinte esteja assim a ser planeado, ou melhor, nem esteja a ser.-----

---É inaceitável e o CDS não se revê neste deixa andar, neste laxismo, nesta teia de interesses pessoais instalada que teima em dividir umas benesses pelos amigos e em desperdiçar todas as boas oportunidades que se oferecem ao sustentável e sustentado desenvolvimento da região. Precisamos de investimento como de pão para a boca e de empregos como leite para os filhos e o que fazemos aqui chegados era bom que aqui esta Assembleia antes de votar, fosse o que fosse, refletisse sobre estes aspetos. -----

---Gostaria agora de apresentar uma moção intitulada sobre o processo de constituição dos órgãos da CIM Viseu Dão Lafões. Considerando que:-----

---Desde a criação das entidades metropolitanas e nos anteriores mandatos a eleição para os seus órgãos se realizou de forma democrática por entre os seus membros onde cada eleito tem direito a um voto e a escolher livremente os candidatos que pretende para a sua composição;-----

---Substituir este princípio por dúbias interpretações da atual Lei nº 75/2013 procurando por via desse facto transformar maiorias absolutas em minorias relativas é um golpe processual que substitui o valor mais elementar da democracia que esteve sempre na mente do legislador;-----

---A maioria das CIM guiou-se por este mesmo critério salvo raras exceções que à luz do mesmo conceito visavam o mesmo objetivo político de um indisfarçável acordo PS e PSD dividirem entre si o poder nas decisões da CIM subvertendo o espírito democrático da lei;-----

---Assim, é entendimento dos Deputados do CDS-PP nesta Assembleia Intermunicipal propor à votação que em futuras eleições para os órgãos da CIMVDL seja aplicado o princípio do voto secreto e pela norma de um eleito, um voto, em cumprimento das mais básicas regras democráticas."-----



----Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: “Muito bem, eu tenho aqui algumas considerações a fazer sobre a intervenção do Deputado Fernando Figueiredo.-----

----A primeira para lhe dizer que relativamente ao regimento foi decidido logo no início desta Assembleia Intermunicipal que seria constituída uma equipa para a sua revisão com um elemento de cada partido e com um elemento da Mesa também, portanto foi essa a decisão inicial. -----

----Sobre o requerimento da Lusitânia é fazer entrega do requerimento que será encaminhado para a Comunidade Intermunicipal.-----

----Sobre as propostas genéricas que apresentou não me parece que tenham sido individualizadas pelo menos aquelas relacionadas com o funcionamento da Comunidade relativamente com a questão do *site* com algumas questões de transparência que identificou, portanto talvez para agilizar tenha que haver uma identificação dessas questões. -----

----Sobre a moção em concreto, que essa foi a final, que apresentou, sobre o processo de constituição dos órgãos da CIM Viseu Dão Lafões, eu abro com certeza a discussão desta moção, dizendo desde já que, salvo melhor opinião, que as questões relacionadas com a eleição dos órgãos decorrem da Lei 75/2013. -----

----De qualquer modo, deixo esta questão à consideração da Assembleia, pois a Assembleia é soberana. Quem se inscreve sobre esta matéria?”-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve: “Em relação à moção que acabou de apresentar e que pôs para discussão, eu penso que a Mesa no seu dever e no estrito cumprimento da lei a deveria liminarmente rejeitar. -----

----O caso do órgão, Mesa da Assembleia Intermunicipal está perfeitamente regulado num diploma legal, nós vivemos num estado de direito e temos de cumprir. Quanto à eleição eu penso que todos os membros da Mesa a começar pelo Senhor Presidente se consideram legitimados e eleitos democraticamente. -----

----Eu estive na sessão de instalação da Mesa houve a possibilidade dos senhores Deputados votarem secretamente aqueles que quiseram, recordarei que todos são eleitos pelas suas próprias assembleias municipais, nem sequer são eleitos diretamente, no fundo, podiam votar.

----Eu penso que à Mesa não resta mais do que rejeitar sem mais para além dos considerandos que nem sequer vou comentar acerca de questões pessoais, etc.”-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Marques, cuja intervenção se transcreve: “Dizer apenas que cingi-me à parte final da que será da moção que está em votação, em

relação à eleição. Obviamente aquilo que eu depreendo das palavras do Deputado do CDS-PP, não se referiu em momento algum à nossa eleição e à eleição da Assembleia Intermunicipal, creio que a grande maioria desta Assembleia entendeu isso mas se calhar não foi totalmente perceptível, ou talvez não seu, eu pelo menos entendi dessa maneira. Obviamente estava a falar da eleição do Conselho Intermunicipal e nesse aspeto, devo dizer apenas que concordando obviamente com o que disse, a meu ver naturalmente isso está perfeitamente limitado pela lei, claro como a água, sempre achei isso e apesar de muito termos ouvido sobre aquilo que alguns queriam fazer para serem presidentes da CIM bastava cumprir a lei para isso ser feito. --

---Obviamente que em prejuízo da leitura clara e objetiva da lei houve um parecer da Associação Nacional de Municípios que foi enfim...de algum modo baralhar as coisas, não cumprindo e não vendo a letra da lei que em primeira fase será sempre o que se deve ver. De qualquer das formas sendo, a meu ver, redundante estarmos a discutir esta situação que está claramente prevista na lei, obviamente que essas eleições têm que ser por voto secreto e sendo por voto secreto, para haver voto secreto não podemos estar a pôr num voto que tem cem mil eleitores ou que só tem vinte mil."-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: "Eu não venho fazer a defesa da honra de ninguém, venho fazer a defesa da minha honra, porque fiz parte da Assembleia Intermunicipal no anterior mandato. Eu acho que a intervenção que aqui ouvimos, para mim, foi absolutamente lastimável. -----

---Foi lastimável no conteúdo e foi lastimável ainda muito mais lastimável na forma. Fomos aqui tratados claramente por incompetentes e o resultado, o desempenho que a CIM teve durante todo o mandato fala por si. -----

---Tivemos resultados extraordinários ao nível nacional, eu enquanto membro da CIM, orgulho-me muito de tudo aquilo que foi conseguido. Depois nas questões, insinuações, eu nem sequer me refiro a elas, fica com quem as faz. -----

---Relativamente ao rigor e à incompetência com que fomos tratados na elaboração dos documentos, na elaboração e na aprovação dos documentos, em que todos fomos tratados por incompetentes, bem se calhar podemos fazer melhor mas os documentos que tiveram subjacentes a todas as decisões que tomámos e ao desempenho que tivemos provaram que não foi por aí que a CIM ficou a perder, podem ser melhorados, sim senhor, estamos todos de acordo, se o senhor chegasse aqui e propusesse uma melhoria ao documento, que propusesse um novo documento por ventura, vamos abdicar deste e vamos adotar um novo, eu estaria plenamente de acordo, não estou de acordo da forma como o fez, o ataque que fez aos membros que constituíram a Assembleia anteriormente. -----



----Pedi rigor mas depois diz que apresenta um conjunto de propostas, são estas entre outras, aqui neste órgão não pode funcionar assim, o quer que vê votado não é estas entre outras, tem que as apresentar todas.-----

----Nós quando exigimos rigor aos outros temos que ser rigorosos também, por isso eu peço desculpa por este tom inflamado mas senti-me ofendido, senti-me atacado, não quero fazer a defesa de ninguém mas faço a minha própria defesa, porque eu sinto muito orgulho e foi com extrema responsabilidade e honestidade que eu fiz parte do anterior mandato do anterior quórum.”-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Fernando Figueiredo, cuja intervenção se transcreve: “Quanto à questão da moção eu penso que está conseguida por quanto, ficou aqui reafirmado que o espírito da lei é exatamente mesmo esse.-----

----O que queríamos afinal com a moção era exatamente que a mais elementar regra básica da democracia que está plasmada nessa lei, que foi de certeza aquilo que esteve presente na visão do legislador, fosse cumprida e não houvesse dúvidas em relação a isto.-----

----Também não pus em questão sequer a CIM, só quem esteve distraído à minha intervenção pode ter feito essa interpretação. Assim como não pus, tanto assim eu estive nesta Assembleia que elegeu esta Mesa portanto não podem apontar a mim ou aos Deputados do CDS, questões dessa natureza, não pomos isso em causa antes pelo contrário se ela existe, existe com os nossos votos.-----

----Quanto a questões pessoais eu gostaria que não fizessem também essa interpretação, a minha intervenção não estava à votação, meu caro, eu não pus propostas aqui à votação, eu disse que são acrescentos que eu dou que farei chegar, naturalmente em tempo, ao secretariado executivo através do Presidente da Assembleia e isso está plasmado no regimento.-----

----Quanto ao resto eu também aqui assumi por parte do CDS esses mesmos erros e portanto não fico de fora desse naipe, não entenda isso como questões pessoais, porque eu não tenho questões pessoais com ninguém.”-----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: “Eu não sou jurista e por isso, desde já, o registo de interesse e como não sou jurista eu ouvi muito sobre a interpretação desta lei e ouvi algumas pessoas que diziam que tinha de haver primazia à vontade popular e que tinham, inclusivamente, pareceres que apresentaram de primazia da vontade popular, concretamente em Lisboa e por isso houve outros que disseram, que aqui como o nosso companheiro, que é jurista e que tem uma interpretação eu respeito.-----

---Tem uma interpretação que não quer a cada pessoa um voto. Mas não estamos aqui cada pessoa um voto, nós não estamos como votos, estamos como instituições e como representantes dessas instituições. -----

---Quando estão ali no Conselho Intermunicipal não se representam a si, representam a instituição câmara, o seu município e é esse município que eles representam e pelo qual têm que dar resposta, não é um problema de um voto, uma pessoa, não é isso que está em causa, está em causa o município e ele representa o seu município no Conselho Intermunicipal. -----

---E por isso, há aqui falta de sintonia de pareceres, de sintonias de avaliações e louvo muito concretamente quem defende a primazia da vontade popular e quem defende isso não sou eu é o Dr. António Costa e muita gente em Lisboa e têm os seus pareceres também.-----

---Havia outros da Associação Nacional de Municípios e por isso em relação a isto acho que é uma situação que vai ser clarificada e nós temos que respeitar a lei e quando ela for clarificada temos que implementá-la e cumprir a lei.-----

E por isso, como todos queremos cumprir a lei, no final, quando for esclarecido é um assunto que está em esclarecimento e no final cumprimos toda a lei. Não é preciso haver uma interpretação do cumprimento da lei, porque eu entendo que o Conselho Intermunicipal cumpriu a lei, que a Assembleia Intermunicipal cumpriu a lei e por isso vamos apenas esperar esse cumprimento da lei.”-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Marques, cuja intervenção se transcreve: “Ora bem, se calhar isto é o problema de só termos duas assembleias intermunicipais por ano.

---O Governo deveria ter mantido a situação em que estava e se calhar tínhamos mais tempo para discutir o que verdadeiramente interessa. -----

---De qualquer das formas, obviamente não vamos estar aqui a discutir isso dessa forma, também não vou discutir o que disse o Dr. António Costa, porque também discordo da posição dele e a meu ver ele nunca seria Presidente da Área Metropolitana de Lisboa é o que eu acho, porque é o que está na lei claro como água, eu continuo a achar isso. -----

---De qualquer das formas o Dr. é Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, eu sou Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, você tem um voto e eu tenho um voto, nas câmaras municipais é exatamente a mesma coisa”. -----

---Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: “Bom, a Mesa vai-vos transmitir qual é a sua opinião.-----

--- A parte resolutiva desta moção diz o seguinte: “Assim, é entendimento dos Deputados do CDS-PP nesta Assembleia Intermunicipal propor à votação que em futuras eleições para os



órgãos da CIM Viseu Dão Lafões seja aplicado o princípio do voto secreto e pela norma um eleito, um voto, em cumprimentos das mais básicas regras democráticas”.

---Esta é a parte resolutiva. Ora como esta parte resolutiva, que é o processo eleitoral consta da Lei nº 75/2013, na interpretação da Mesa está é uma moção que fica obviamente como elemento integrante da ata, será transcrita na ata, mas entendemos que não temos competência nesta Assembleia Intermunicipal para aprovar propostas que possam colidir com a Lei nº 75/2013, sendo que a Lei nº 75/2013 quem tem a competência para a poder ajuizar em instância final são os tribunais mediante participação das pessoas que entenderem.

---Esta é a decisão da Mesa que obviamente é recorrível por parte da Assembleia.

---Se alguém quiser recorrer desta decisão está à consideração, se ninguém recorrer este documento fica anexo à ata e será obviamente, como foi apresentado, um elemento constante desta reunião de hoje.

---Já temos então as moções, a moção do Deputado Dinis e a parte resolutiva diz o seguinte, sendo que de imediato colocarei a votação:

--- “ Se solicita ao Governo um estudo de impacto económico que aprecie a possibilidade do Aeródromo Municipal Gonçalves Lobato devidamente ampliado, possa ser capaz de receber voos comerciais regulares por companhias *low-cost*, desde que estas o considerem economicamente vantajoso e devendo solicitar-se ao Município de Viseu que faça chegar à Assembleia Intermunicipal os projetos para o equipamento referido já existentes, por forma a que possa beneficiar toda a região da CIM Viseu Dão Lafões, mas respeitando a autonomia legítima do Município de Viseu.”

---Colocada a votação foi a mesma aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor, dezasseis abstenções e um voto contra.

---Portanto foi aprovada a moção sobre “Objetivos Estratégicos e Estruturantes da Região”.

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Belarmino Costa, cuja intervenção se transcreve: “Boa noite Senhor Presidente e restante Mesa, boa noite direção da Comunidade, Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire e peço desculpa pelo adiantado da hora mas gostava de apresentar aqui em forma de moção mas basicamente é uma reflexão nossa.

---Considerando que a morte de Nelson Mandela no passado dia cinco de dezembro, deixou o mundo mais pobre e a humanidade com um sentimento de uma certa orfandade no que toca a determinados valores essenciais à condição humana e à sã convivência entre povos.

---Mandela ficará na história da humanidade por vários motivos: pelo percurso, pelo exemplo, pelo legado, mas sobretudo pelos desafios que deixa após a sua morte, a todos os que têm hoje a responsabilidade de governar, seja a nível nacional, seja a nível local.

---Mandela foi um homem de reconhecido valor, sábio e um líder na verdadeira aceção da palavra, impôs-se pelo exemplo, não pela retórica. Usando o perdão aos seus agressores, conseguiu envolvê-los no estratégico processo de união do seu povo e fê-lo com uma serenidade e bom senso que só adquirem quando se colocam os outros em primeiro lugar. ----

----“O que vale na vida não é o simples facto de termos vivido. É a diferença que fazemos na vida de outras pessoas que irá determinar o significado da vida que levamos.”, Cita-se. É urgente que todos saibamos perceber e honrar esse legado e elevar o exercício da política a um patamar de humanidade, pluralidade e respeito pela diversidade, de que tanto carece nos nossos dias. -----

---Por tudo isto, é entendimento dos Deputados do CDS-PP nesta Assembleia Intermunicipal propor à votação a expressão de um sentido de voto de pesar e recomendar aos autarcas desta Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões a homenagem com a perpetuação do seu nome na toponímia local de um dos mais marcantes cidadãos que o mundo teve o privilégio de conhecer, um verdadeiro exemplo a ser seguido por todos, sem exceção. -----

---Se fosse do entendimento de todos, proporia que transmitíssemos o teor desta moção à família de Nelson Mandela, ao Senhor Presidente da República, à Assembleia da República, nomeadamente Presidência e Grupos Parlamentares e à Embaixada da África do Sul em Lisboa.”-----

---Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: “Vamos então pôr à discussão a moção que acabou de ser apresentada.” -----

---Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a votação a moção, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Abel Dias, cuja intervenção se transcreve: “Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, também o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, assim como o Presidente da Câmara de Castro Daire e de Tondela que muito nos honram, um por nos acolher e outro por estar aqui. -----

---Não é nenhuma moção que eu venho apresentar venho simplesmente manifestar alguma preocupação e sobretudo alguma falta de sentido de gratidão. Prende-se com os Estaleiros de Viana do Castelo, podereis achar estranho discutirmos isso aqui numa região tão distante dela mas sobretudo não quero falar sobre a decisão de concessionar ou não esses estaleiros, essa decisão pertence a outros fóruns tem outros agentes, falo sobretudo sobre a empresa que ganhou essa concessão, que foi a Martifer sediada no meu concelho da qual nós muito nos



orgulhamos, que muito tem contribuído para o nosso desenvolvimento regional, nomeadamente de Oliveira de Frades mas também dos outros concelhos que beneficiam da atividade económica sobretudo no emprego, basta só ver a estrada ali em Oliveira de Frades e vemos que os carros vêm de vários municípios pertencentes a esta Comunidade Intermunicipal.-----

---Esta empresa foi no decorrer dessa concessão foi, penso eu, achincalhada, denegrada, mal tratada no meio de toda esta discussão se calhar apanhada em redes por políticas com objetivos políticos, digamos assim. Eu gostaria de, às vezes até com ignorância facilmente comprovável, pela maneira como pronunciam o nome desta empresa muitas das vezes referem-na como Martinfer, não sei revela realmente o desconhecimento.-----

---Eu não tenho interesse nenhum com esta empresa, não há aqui nada, eu só queria manifestar realmente o meu desagrado pela forma como esta empresa foi tratada sobretudo a sua credibilidade. -----

---O Município de Oliveira de Frades sempre se relacionou muito bem com esta empresa, sempre viu a grande abertura dela para o desenvolvimento regional e também um desenvolvimento desta região. Sempre atestámos a credibilidade e a honra desta empresa portanto não vemos razão para a chincalhá-la e tudo isso. -----

---De modo, que era muito breve, isto já está muito longo. Era só para defender o interesse desta empresa para a nossa região, para o crescimento regional e também para o crescimento nacional, que eu acho que muito contribui para sairmos da crise em que nos encontramos.”-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Telmo Antunes, cuja intervenção se transcreve: “Muito obrigado Senhor Presidente. Apenas e no seguimento da moção apresentada e como me comprometi, são dois considerandos e uma proposta de deliberação:-----

---Considerando que os serviços públicos são essenciais para a fixação de pessoas e empresas no Interior do país; -----

---Considerando que qualquer reforma administrativa deve ter como preocupação a articulação com os autarcas e os agentes económicos locais por forma a minimizar os impactos negativos.-----

---A Assembleia Intermunicipal da Região Viseu Dão Lafões na sua reunião de dezasseis de dezembro de dois mil e treze delibera:-----

---Manifestar-se contra o encerramento dos serviços públicos no Interior do país reiterando todas as deliberações anteriormente tomadas por esta Assembleia e aprovadas por unanimidade. Castro Daire, dezoito de dezembro de dois mil e treze.”-----

---Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve: “Vamos então pôr à discussão a moção que acabou de ser apresentada.”-----

---Em face da ausência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a votação a moção, tendo a mesma sido aprovada por maioria com vinte e sete votos a favor, quinze abstenções e um voto contra.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Santos, para fazer uma declaração de voto, que se transcreve: “Eu votei contra pelo simples facto de já termos aprovado aqui um texto em que aquilo que se pretende, o objetivo, a causa já estava aprovado.-----

---Portanto eu vim de longe, com certeza há quem viesse de mais longe do que eu, estou aqui para defender os meus princípios e portanto não vejo razão nenhuma, porque realmente se as pessoas estão aqui para defender o interesse da sua região, não é pelos considerandos mas sim por aquilo que se pretende. É só por isto que eu votei contra.”-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: “Muito boa noite. Não queria deixar esta oportunidade para vos dirigir umas palavras, desde já.-----

---Desde já cumprimentar a Mesa na pessoa do Senhor Presidente, depois também os meus colegas autarcas e que me deixem que referenciem o Fernando Carneiro, por nos acolher nesta primeira Assembleia Intermunicipal em Castro Daire e cumprimentar os senhores Deputados e comunicação social.-----

---Estou deveras a gostar desta Assembleia Intermunicipal por dois motivos, desde as quais me apercebi nitidamente que temos aqui pessoas com muita capacidade de intervenção e na qual sinalizam muito bem os problemas que nós temos e radiografaram muito bem os problemas que nós temos na nossa região.-----

---Dr. João Cotta, os meus parabéns fez uma avaliação territorial que era quase o que todos nós analisamos e tudo aquilo que nós pretendemos, está correto o seu modo de apresentação, digamos desta avaliação territorial e agora a capacidade que nós temos para digamos para desenvolver estes problemas e obviamente que a Comunidade e as autarquias farão, como disse, esta concertação territorial.-----

---As moções são aquelas aflições que temos todos os dias senhores Deputados, independentemente da posição da direita ou mais à direita ou mais à esquerda que são as preocupações que temos no dia a dia, é aquilo que se passa com o território nacional e principalmente nestes territórios de baixa densidade ou nestes concelhos mais do Interior.-----



---Obviamente que sobre o encerramento de serviços públicos essenciais, temos que estar todos atentos, temos que defender aqueles que são essenciais. Estão de parabéns pelas várias propostas apresentadas mas obviamente que temos de defender aqueles que são verdadeiramente essenciais.-----

---Obviamente que falámos aqui, passado vinte anos, e continuamos, todos, a sinalizar a mobilidade, é certo que quanta mais mobilidade mais atratividade e temos de ter a coragem de assumir que estes dois projetos estruturantes para Viseu, ferrovia, rodovia, obviamente a ligando-nos a Sul e que faça a travessia do litoral à fronteira, penso que era muito importante para todos os municípios, pelo que tentaremos lutar por eles.-----

---Estamos aqui sempre a falar, obviamente que não passam nem em Vila Nova de Paiva nem em Santa Comba Dão, ou melhor, eu estava a pensar na ferrovia mas quanto melhor estiver o meu vizinho, melhor estou eu, porque posso muito bem aproveitar essa importância que eles têm e mais à frente ver que há aí um projeto.-----

---Que ele tenha sucesso nessa candidatura porque obviamente o grande beneficiário será Vila Nova de Paiva.-----

---Isto é um exemplo, mas deixem que vos diga também por causa de alguma celeuma que se criou aqui em virtude do aeroporto mas o aeroporto foi um exemplo, peço desculpa, o Aeródromo Municipal de Viseu, mas o Aeródromo foi um exemplo.-----

---Temos que ter a capacidade, obviamente que não perdendo a nossa autonomia, mas temos que ter a capacidade e esta visão da intermunicipalidade, deixem-me que vos diga que só aqui uma coisa: atribuições das comunidades intermunicipais.-----

---Alínea b): Articulação dos investimentos intermunicipais de interesse intermunicipal.-----

---Ainda ontem, o Senhor Presidente da Câmara de Viseu privava comigo e me dizia: "Morgado, estive hoje nos Sapadores e dei-lhes nota", e hoje vinha na comunicação social, "e dei-lhe nota aos senhores bombeiros municipais que nós pretendemos é que haja uma proteção civil digamos que de dimensão intermunicipal".-----

---E aqui temos um exemplo e uma infraestrutura que pode muito bem servir toda a região nesta visão intermunicipal, pode servir obviamente na mobilidade mas também pode ser a base e apoio para toda esta região.-----

---Por isso, senhores Deputados, aquilo que eu vos peço de futuro é que tenhamos esta capacidade, obviamente que uns terão mais, digamos que mais atributos, outras infraestruturas é por isso que estamos também na nossa avaliação territorial a pedir os contributos dos presidentes de câmara para que nos digam quais são as infraestruturas existentes.-----

---Não é por acaso que nós também estamos a fazer o SIG Intermunicipal para referenciar-mos a questão dos equipamentos de saúde, de desporto, de lazer, do turismo, do termal para que consigamos identificar digamos que as nossas potencialidades e as nossas deficiências que temos também na nossa região. -----

---Obviamente que não me vou meter no debate político mas também quero dizer, lamento, lamento profundamente a intervenção do senhor Deputado Fernando Figueiredo, quando diz expressamente que este é um orçamento, ainda não chegámos a essa discussão, digamos que de favorecer amigos, ao menos, merecia o benefício da dúvida, acho que veio vender aqui uma moralidade de defender amigos, ou melhor, para favorecer amigos e outros considerando que eu penso que neste momento até porque estamos no começo de um mandato não se justificam. -----

---E por isso, fiquem cientes comigo tal como se passa no meu município e todas as instituições por onde eu tenho passado, espero muito bem que na Comunidade Intermunicipal não haja favorecimento e que todos sejam tratados igualmente, não tenham dúvida nenhuma. Quer no sentido das pessoas que trabalham e para isso eu espero não só a sua lealdade e a sua confiança mas também de todas as empresas ou outros parceiros que tenhamos, é um dever de correção e de lealdade nas nossas relações institucionais. -----

---Por último, senhores Deputados desde já, eu manifesto a minha disponibilidade perante todos, penso que há aqui muita gente que por diversas vicissitudes da vida me conhecem, eu manifesto desde já toda a minha disponibilidade pessoal e institucional nesta missão que estou a abraçar na defesa desta grande região. -----

---Por isso, podem contar comigo para fazermos boa política para a região, não contem comigo para andarmos num achincalhamento ou o quer que seja, acho que uma comunidade é isso mesmo, é um lugar de consenso, é uma assembleia de consenso que todos temos que conseguir. -----

---Obviamente que a discussão é sempre válida e muito boa mas todos temos é que saber, todos nós conhecemos a região, todos nós conhecemos os problemas da região, por isso o consenso e digamos que uma atitude responsável de todos, acho que fará com que esta Comunidade daqui por quatro anos seja mais forte e mais coesa." -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Fernando Figueiredo, cuja intervenção se transcreve: "Só para esclarecer o Senhor Presidente e para que não fiquem más interpretações em relação á minha intervenção. -----

---Não me ouviu em circunstância alguma, nem em momento algum dizer que chumbava esse seu orçamento ou que duvidava desse seu orçamento. -----



---Isso aliás iria até em contrário aquela que é a norma de que o primeiro orçamento viabiliza-se sempre e portanto o benefício da dívida será sempre seu.-----

---Não me ouviu aqui dizer que o íamos chumbar ou iremos chumbar e portanto conta com o facto, com essa minha lealdade, vou dar esse benefício da dívida. Foi um alerta apenas que eu quis aqui deixar e que vejo que valeu a pena porquanto e senhor acabou por aqui próprio neste fórum dizer que vai exigir também todo esse rigor. -----

---Está conseguida essa minha preocupação com a minha intervenção, não tenho de resto nada, nesta altura naturalmente, a apontar em relação à sua atividade de liderança e deseje-lhe muita sorte e contará com a minha lealdade e com a minha colaboração.”-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado. -----

---Ordem do Dia-----

---Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 30/8/2013-----

– Em face da ausência de inscrições, o senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com onze votos a favor, e vinte e seis abstenções. -----

---Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 18/11/2013.-----

– Em face da ausência de inscrições, o senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

---Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** – Eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal nos termos do disposto na alínea c) do artigo 84.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro - Foi dada a palavra ao Dr. José Morgado, Presidente do Conselho Intermunicipal, cuja intervenção se transcreve: "Muito bem, antes de mais e obviamente até porque a pessoa em causa está aqui e que vai ser sujeita a voto secreto, eu ia pedir com todo o respeito ao Dr. Nuno Martinho que se ausentasse, porque estamos a falar de cargos e de pessoas, de eleição de pessoas. -----

---Eleita digamos a presidência do Conselho Intermunicipal um dos deveres e uma das obrigações do Presidente do Conselho Intermunicipal era o de dar início ao processo de formação do Secretariado Executivo Intermunicipal.-----

---Ouidos todos os Presidentes de Câmara e foi digamos que unanimemente aceite que o senhor Dr. Nuno Martinho seria indicado como Secretário Executivo. -----

----Posta a votação nos termos legais o mesmo foi aprovado por unanimidade, é isto que eu tenho a dizer. -----

----Como vimos na aprovação da ata de trinta de agosto existem aqui senhores Deputados novos, muitos elementos novos a quem eu desejo também as maiores felicidades e os melhores contributos para esta Assembleia mas penso que o Dr. Nuno Martinho, que todos conhecemos, pelo seu desempenho nos últimos quatro anos, oferece-me toda a confiança, demonstrou-me a sua competência e espero como já referi a ele e a esta Assembleia a sua lealdade e penso que tem os atributos para ocupar este Órgão.”-----

----Neste ponto da ordem de trabalhos foi presente a lista para o Secretariado Executivo Intermunicipal, tendo como Primeiro Secretário Luís Nuno Tenreiro da Cruz Matoso Martinho.-

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Leonídio Monteiro, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente da Assembleia em si saúdo a Mesa e todos os colegas, queria também saudar o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, o Dr. José Morgado, felicitá-lo dizer-lhe que me congratulo também pela sua eleição até porque representa um dos municípios pequenos ou ditos pequenos mas que nada tem a ver com a grandiosidade desta região Viseu Dão Lafões. -----

----Saudar o nosso anfitrião, meu caro amigo Carneiro, o Senhor Presidente da Câmara de Tondela e dizer que corroboro as palavras ditas pelo Dr. José Morgado exatamente porque eu como ex-presidente da Câmara de Penalva do Castelo, vi e senti o esforço, a dedicação no trabalho e a competência que o Dr. Nuno Martinho acabou por ter ao longo destes anos naquilo que era fundamentalmente a perspectiva de absorção de fundos comunitários. -----

----Estou convencido que iniciar-se-á dentro de dias um novo quadro comunitário e estou convicto que bem andou ou bem andaram os presidentes de câmara, quando unanimemente decidiram escolher o Dr. Nuno Martinho porque me parece que será a pessoa certa e ter escolhido apenas um, também acho que bem andaram neste momento para escolher esta pessoa que seguramente irá trazer uma mais-valia para a nossa região.” -----

----Efetuada a votação por escrutínio secreto, a mesma registou o seguinte resultado: -----

----Colocada a proposta a votação, nos termos do art.º 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou por maioria, com trinta e cinco votos a favor, cinco votos contra e oito abstenções, aprovar a lista proposta.-----

----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Acácio Pinto, e por proposta do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, autorizou que antes que fosse

iniciado o ponto quatro da ordem de trabalhos o Senhor Presidente do Conselho conferisse posse, ao recente eleito Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, garantindo-se desta forma o cumprimento do estatuído na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

---Relativamente ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, Discussão e Aprovação da proposta de Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões nos termos do disposto no n.º 6 do art.º 2º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: “Muito obrigado senhor Presidente, mais uma vez senhores Deputados. -----

---Obviamente que não tivemos, felizmente, nenhuma cisão, nenhuma fusão de municípios, territorialmente estamos identificados e obviamente que isto é pura e simplesmente uma atualização estatutária que tem que ser feita em virtude de umas coisas, dois formalismos. -----

---Desde logo a Lei 75/2013 e também pela sua denominação Viseu Dão Lafões”.-----

---Os estatutos foram-vos apresentados em acordo com essa legislação e tínhamos que obviamente ter estas duas vicissitudes, a Lei 75/2013 e também a denominação formal desta Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.-----

---Em face da ausência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou a votação a proposta de estatutos, tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com três abstenções. -----

---Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Dinis, cuja intervenção se transcreve: “Eu até já votei favoravelmente os estatutos, por isso a minha dúvida é esta: aparece referenciado na forma de obrigar que deve ser o Presidente do Conselho Intermunicipal, o Primeiro Secretário e um Tesoureiro. E eu fiquei na dúvida porque não vi mais nenhuma referência a tesoureiro e fico com essa incógnita porque só aparece naquela parte dos estatutos essa referência, ou seja, não sei quem é o tesoureiro, se há um tesoureiro na Comunidade Intermunicipal, e se sim, quem é o tesoureiro? Efetivamente, essa é a única dúvida com que fiquei nos estatutos, não sei se me poderão esclarecer.” -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Santos, para fazer uma declaração de voto cujo teor se transcreve: “A minha abstenção tem apenas um sentido político. Tondela, há uns tempos atrás, foi ofendida pelo Presidente da Câmara Municipal de Viseu numa disputa de palavras acerca do nome do Centro Hospitalar. Penso que para sanar, para amortecer esses acontecimentos, se o Centro Hospitalar se deveria chamar Tondela-Viseu ou Viseu-Tondela, se havia de ser São Teotónio-Cândido Figueiredo ou Cândido de Figueiredo -São Teotónio, o

nome da região mudou para Viseu Dão Lafões apenas como moeda de troca. Além disso, por dever esta Comunidade ser defensora dos interesses de todos os municípios por igual, não vejo nenhum motivo para que Viseu apareça destacado no nome desta Comunidade. É apenas por isso. Muito Obrigado” -----

---No que concerne ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, Discussão e Votação da 3.ª Revisão Orçamental, do exercício económico de 2013, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro - Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: “Muito obrigado Senhor Presidente e só para lhe dizer rapidamente que tivemos de fazer no Conselho Intermunicipal de vinte e oito de novembro de dois mil e treze, esta revisão orçamental porque tínhamos em carteira, uma candidatura para a Qualificação de Profissionais da Administração Local, foi o meu primeiro ato formal, foi fazer este termo de aceitação e pelo que tivemos que a inscrever nesta revisão orçamental com o valor de trezentos e setenta e oito mil, setecentos e cinquenta e quatro euros e quinze cêntimos e obviamente que havendo esta revisão orçamental terá que ser ratificada por esta digna Assembleia.” -----

---Em face da ausência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocada a votação, a mesma foi aprovada por maioria, com uma abstenção. -----

---Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---Relativamente ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** – Aprovação da assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro - Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: “Muito bem, também nesse Conselho foi aprovado, por unanimidade, um conjunto de compromissos plurianuais mas o Secretário Executivo dará essa nota mas que obviamente tinham a ver com os contratos que tínhamos em execução ligados nomeadamente ao Empreendedorismo e à Proteção Civil.” -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Aproveitar a oportunidade para cumprimentar toda a Assembleia na pessoa do Senhor Presidente, cumprimentar também o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e demais Senhores Presidentes de Câmara, Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, Senhor Presidente da Câmara de Tondela e o Senhor Presidente de Câmara de Carregal do Sal.



----Dar nota, conforme o Senhor Presidente referiu, que de facto há necessidade, já foi ao Conselho Intermunicipal do passado dia nove de dezembro, da Assembleia se pronunciar sobre a assunção de compromissos plurianuais.-----

----Tratam-se de três contratos: um com a empresa Uniaudax – Centro de Investigação e Apoio ao Empreendedorismo e Empresas Familiares que tem a ver com um campo de férias para jovens, que estava inicialmente previsto realizar-se no ano de dois mil e treze mas que não se veio a realizar, na altura, por alguma má previsibilidade de data, inicialmente muitos jovens estavam em estágios e muitos jovens estavam já também de férias. Houve alteração dessa data e por manifesto interesse público será realizada uma adenda ao contrato com a empresa e este compromisso, irá passar para o compromisso do próximo ano, ano de dois mil e catorze;

----O segundo tem a ver com a realização do projeto Empreendedorismo nas Escolas, um projeto que estamos a desenvolver no território com todos os municípios;-----

----Um terceiro compromisso é um contrato celebrado com a empresa GeoAtributo – Consultoria e Formação, Planeamento e Ordenação do Território, um procedimento concursal efetuado em sede de concurso público dentro da estratégia supramunicipal de proteção civil e que tem como objetivo a elaboração de cartas de riscos de segunda geração, projeto que está articulado com a Autoridade Nacional de Proteção Civil.-----

----Um projeto que estava previsto realizar-se durante o ano de dois mil e treze mas que um conjunto de vicissitudes, inclusivamente a questão das eleições autárquicas, não foi possível acabar com este trabalho com todos os municípios até ao final do ano e por isso irá haver compromissos que vão transitar para o ano de dois mil e catorze.-----

----Portanto são estes três compromissos, destes três contratos, que pedimos à Assembleia Intermunicipal que transitem para o ano de dois mil e catorze”.-----

----Em face da ausência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou os mesmos a votação, tendo sido aprovados por maioria, com duas abstenções.-----

----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----Relativamente ao **sétimo ponto da ordem de trabalhos** – Análise, Discussão e Aprovação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos termos da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro - Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: “Acho que também estamos habituados à assunção destes compromissos plurianuais, os respetivos executivos nas assembleias municipais também os pedem, isto por uma questão de celeridade,

de agilidade de certos compromissos plurianuais, quer na aquisição de serviços, quer na aquisição de bens e com as suas condicionantes, que estejam inscritas nas Grandes Opções do Plano, que não ultrapassem noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos e com esta nota que todos esses compromissos têm de ser depois comunicados a esta Assembleia.-----

---Por isso não é mais do que um agilizar de processos que vos é pedido, porque como só temos duas assembleias intermunicipais no ano é para realizarmos ações, opções que estão nas Grandes Opções do Plano”.-----

---Em face da ausência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou os mesmos a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

---Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---No tocante ao **oitavo ponto da ordem de trabalhos** – Análise, Discussão e Aprovação do Mapa de Pessoal da CIM, para o exercício económico de 2014, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro - Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: “O mapa de pessoal que vos é apresentado também para o ano de dois mil e catorze, foi devidamente escalpelizado por vocês, vejam bem o conjunto de funcionários que esta Comunidade tem e deixem-me que lhes dê este registo:-----

---Quatro funcionários em contrato a tempo indeterminado, quatro funcionários sendo que um está em mobilidade da Câmara de Santa Comba Dão, seis funcionários com contrato a termo e um técnico neste momento que está em comissão de serviço que é o Dr. Nuno Martinho, que perfazem um total de onze.-----

---Este conjunto de colaboradores e trabalhadores que estão na CIM são os mesmos que tinham sido propostos para o ano de dois mil e treze.-----

---Há bocadinho alguém punha o problema do tesoureiro. É uma questão que é colocada há muito tempo pelo Secretário Executivo no Conselho Intermunicipal e terá que se resolver muito rapidamente, também já perceberam que, por exemplo, estando nós a falar de muita contratação pública e de muitas questões de análise, de aplicação de muita interpretação legal toda nova.-----

---Nós sabemos que há muita e não temos nenhum gabinete jurídico e que neste momento o que vos é proposto é suficiente mas no futuro terá, em virtude das competências que serão transferidas, terá que ser revisto.”-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Santos, cuja intervenção se transcreve: "Este assunto do quadro de pessoal, eu preferia vê-lo discutido depois, mas na Ordem de Trabalhos está assim; deveria ser discutido depois do orçamento que vamos analisar e aprovar. O que acontece é que olhando para este quadro de pessoal aquelas vagas que faltam preencher ou que virão a ser preenchidas são todas da mesma área - Economia e Gestão, mas se formos ao orçamento vimos que a CIM gasta centenas de milhares de euros em projetos e em pareceres que podem ser de engenharia, de arquitetura, jurídicos, etc. O que eu entendo é que, e dado que a vida da CIM não se prevê que seja tão curta como isso, se deveria contratar pessoal nestas áreas, o que ficaria muito mais económico do que estarmos a recorrer a terceiros. Além disso, há o critério de escolhas das empresas de consultoria, portanto, a mim, isso preocupa-me. Relativamente a este assunto era apenas isto, embora se enquadre na questão do orçamento. E, já agora, queria também dizer a minha opinião acerca da percentagem de execução dos projetos da CIM. A percentagem de execução dos projetos da CIM tem a ver essencialmente com a capacidade financeira das autarquias locais, das câmaras municipais que mandam executar os projetos; porque, se as câmaras estiverem falida, não há execução nenhuma para ninguém, isto é, as câmaras também têm de ter dinheiro e eu penso que se alguma obra, algum projeto que foi aprovado pela CIM ou aprovado através da CIM e que não foi executado, certamente que deve ter sido devido a problemas financeiros da própria autarquia. Ou então, expliquem-me quais foram os motivos porque não foram executados, porque isto para ser perfeito (e todos nós procuramos a perfeição) seria que todos os projetos fossem executados teríamos um grau de execução de cem por cento. Muito obrigado."-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Amaro, cuja intervenção se transcreve: "Eu sobre este documento gostaria de dizer o seguinte, eu estou completamente de acordo que tendo em conta, eu sei que o que vou dizer não é popular, porque aquilo que é popular e politicamente correto é dizer que não se contrata ninguém pelo menos de forma formal, as contratações vão sendo feitas para que a gente não entenda. -----

---Eu estou completamente de acordo que se assumirmos verdadeiramente as funções que são dadas à Comunidade Intermunicipal este quadro de pessoal, isto depois talvez justifique algumas, eu não diria críticas, mas algumas recomendações que eu gostaria de fazer sobre o Plano e Orçamento que depois na altura própria poderei intervir. -----

---Portanto nós depois não podemos exigir aqui do ponto de vista técnico determinados serviços e determinadas coisas e ao mesmo tempo não ter, digamos que, capacidade instalada para levar a efeito essas mesmas competências e portanto o que eu acho é que, isto é para ser

entendido o que eu vou dizer, não tenho nenhuma crítica quanto ao quadro de pessoal o que eu acho é que este documento devia ter sido apresentado como uma justificação estratégica para digamos que, sobretudo para os cargos que aqui estão previstos ocupar.-----

----Este documento, este quadro diz alguma coisa mas eu penso que devia ser explicado o quadro de pessoal relativamente à estratégia que se pretende encetar ou as opções que tem, dizer e justificar se o quadro de pessoal é o que deve ser... Eu sei que o Senhor Presidente disse isso agora mas não me parece que possa ser essa a justificação, a justificação tem que ser uma justificação dada com base na estratégia que pretendem encetar, com base naquilo que é digamos que as funções da própria CIM e dizer este quadro de pessoal não basta nos próximos anos ou no próximo ano pretendemos contratar mais gente por esta e esta razão de uma forma explicativa, eu acho que este documento assim pode, digamos que totalmente compreendido e explicado para que possamos de algum modo aprovar de uma forma mais consciente.-----

----Eu diria que em próximos documentos eu acho que terá de haver muito mais atenção na explicação e na relação entre pessoal e estratégia, tendo em conta que este será sempre um assunto e um problema bastante escortinado tendo em conta, digamos que, qual é a perceção que o cidadão hoje tem na sociedade portuguesa, a perceção que o cidadão tem hoje na sociedade portuguesa é que há determinados cargos, determinadas funções em determinadas instituições que seguem digamos que uma filosofia de contratação que é uma filosofia que nem sempre está de acordo com as exigências dessas mesmas instituições.-----

----Neste caso aqui eu quero dizer que acho que tendo em conta as funções que a CIM tem, este quadro de pessoal do ponto de vista técnico é exímio, agora não basta eu estar a dizer isto por uma perceção eu preciso como Deputado para poder decidir em consciência que em seja explicado, digamos que, nós queremos fazer isto no futuro, nós temos esta estratégia, é aquilo que qualquer empresa faz, ou seja, e só isso justificará que tendo em conta este caminho precisamos deste, deste e deste técnico.-----

----Tendo em conta o histórico tivemos esta, esta e esta insuficiência. Não está aqui. Eu não sei quais são as insuficiências do passado do ponto de vista da forma como a CIM tem exercido a sua atividade e muito menos fico a saber, digamos que, o aumento do quadro que aqui está previsto como é que se relaciona com isso.-----

----O que eu posso dizer em consciência é que tendo em conta as funções, olhando para aquilo que a lei determina para a CIM este quadro de pessoal é exíguo, nisso eu estou de acordo, agora deve obedecer em futuros documentos uma maior exigência na explicação sob pena de podermos estar aqui a cometer, a votar contra a nossa própria consciência.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: “Só para dizer em resumo que todos já percebemos este mapa de pessoal mas também com esta filosofia atual que é a gestão dos municípios.-----

---Todos os municípios hoje pretendem empreitar, as empresas que subcontratam subempreiteiros e os municípios também nalgumas áreas e digamos que a Comunidade, e vamos verificar isso, quando decaparmos as Grandes Opções do Plano e o Orçamento vamos verificar que este trabalho que se diz tão especializado que é volátil, se temos agora um plano estratégico para apresentar temos que ter pareceres, temos de ter uma empresa a tratar-nos disto, se depois temos cursos de formação obviamente que temos de nos socorrer de quem saiba dar a formação nessas qualificações e obviamente que se não as tivermos e tivermos o quadro de pessoal é que é mais preocupante. -----

---Neste momento é o pessoal que nós temos e é aquele que faz a Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização com o PO Regionais e não só, é também aquele que está ligado à Modernização Administrativa Local e toda a gente é testemunha daquilo que tem sido feito na Modernização Administrativa, não só física como também de formação e serviços que esta Comunidade tem feito. -----

---Digamos que é preferível por vezes ter estes *outsourcings* de pessoal do que estarmos a “encharcar” com pessoal, porque isto é muito volátil, esta é a minha opinião e é isto que nós temos feito também nos nossos municípios e com todo o respeito com todos os trabalhadores é um encargo porque, ou não temos que dar-lhe de fazer ou é difícil despedir como sabem e ainda bem.”-----

---Em face da ausência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou os mesmos a votação, tendo sido aprovados por maioria com cinco abstenções.-----

---Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---Relativamente ao **nono ponto da ordem de trabalhos** – Análise, Discussão e Aprovação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades, para o exercício económico de 2014, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro - Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: “Muito sumariamente senhores Deputados, porque a hora vai longa e depois o senhor Secretário Executivo vai fazer uma apresentação, só para vos dizer e para termos consciência que obviamente que as Grandes Opções do Plano têm que ter um substrato

financeiro e eu só vou fazer a análise da receita e deixem-me que vos diga e depois vamos então “rapar ao fundo da panela” e ao orçamento. -----

----Mas do lado da receita nós temos aqui, quatro áreas de receita.

----Temos aqui a receita que nos advém do Orçamento de Estado (duzentos e trinta e nove mil euros). -----

---- Temos depois também de FEDER e Fundo Social Europeu, estes dois valores (quinhentos e sessenta e três mil euros) e um milhão, duzentos e dezanove euros. -----

----Uma terceira fonte que são as quotizações dos respetivos municípios (noventa e sete mil e quinhentos euros) e uma última quando se diz aqui “Outras” é a que pode criar alguma dificuldade na análise da receita mas não há dificuldade nenhuma, por isto mesmo nós temos a decorrer projetos que não somos os “chefes de fila” quem o é, digamos que, é por exemplo a Autoridade Nacional, também temos aqui o IEFP, como outros contributos, digamos que aqui nestas “Outras” cabem todos os nossos parceiros que depois transferem estas verbas. -----

---- Estas são as nossas quatro fontes de financiamento e obviamente que depois está aqui todo um conjunto de despesa que sendo uma previsão e havendo aqui verbas que vos podem suscitar alguma dúvida, o senhor Secretário Executivo vos poderá dar esta explicação. -----

----E já que estivemos a falar do mapa de pessoal aparece aqui como um valor global de setenta e sete mil, quinhentos e sessenta e um euros, por isso vejam bem é esta a despesa com pessoal, mas eu se me permitem vou dar aqui a palavra, até porque tem aqui um conjunto de quadros, e obviamente que poderia falar também aqui nas Opções do Plano mas eu só vou falar aqui de um item para também saber esta Assembleia daquilo que temos feito em passo acelerado nos últimos dias. -----

---- Estratégia Territorial de Desenvolvimento Viseu Dão Lafões 2020, como sabem as eleições ocorreram no dia vinte e nove de setembro, depois a instalação dos órgãos municipais, e após a minha eleição e dos senhores vice-presidentes para o Conselho Intermunicipal eu tinha uma preocupação, o Secretário Executivo tinha uma preocupação, principalmente com os colegas autarcas recém- eleitos, porque já estávamos no terreno com uma avaliação e com um estudo do território e queria dar, porque também eu senti isso há uns anos atrás, senti que era importante eles ouvirem e serem ouvidos. -----

----Vai daí e marcámos uma reunião com a empresa que está a fazer este diagnóstico, este trabalho para também receberem os contributos dos novos autarcas, porque têm os seus programas eleitorais independentemente de serem da Lista A ou da Lista B, ou do Partido A ou do Partido C, têm os seus compromissos com os seus eleitores e era uma preocupação e de



imediate foi preparada essa reunião com a empresa que nos está a dar a consultadoria na nossa estratégia. -----

----Fomos recebidos no dia cinco pelo Senhor Presidente da CCDR e pela Comissão Diretiva para que nos desse o ponto de situação de três coisas mas essencialmente deste: a própria CCDR, o próprio Governo obviamente que está em negociações permanentes com Bruxelas e estão também a afinar um plano estratégico nacional, um plano estratégico regional no qual nos vamos cruzar também os eixos as medidas para que possamos também fazer aqui um bom plano para os próximos anos, digamos que para a nossa região Viseu Dão Lafões. -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: "Muito obrigado Senhor Presidente. Vou tentar ser assertivo e rápido também derivado ao adiantado da hora e depois deixar para a parte do debate algumas questões mais técnicas. -----

----Foi distribuído a cada um dos senhores Deputados, também dar aqui uma nota prévia e fazer um parêntesis, que foi utilizado pelos serviços da Comunidade um procedimento, também acertado com o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, de enviar toda a documentação através da web *site* da Comunidade, disponibilizando depois por via email uma password a cada um dos senhores Deputados, por forma a poupar alguma burocracia, evitando a remessa dos documentos via correio, obviamente mantendo o formalismo da convocatória, como manda a lei. -----

----O Plano de Atividades tem um sumário executivo da parte do Conselho Intermunicipal e define um pouco o que é a estratégia para o ano de dois mil e catorze. Utilizámos na versão deste ano a apresentação da Comunidade Intermunicipal e a própria estrutura organizacional, porque é pela primeira vez que muitos dos senhores Deputados são membros desta Assembleia Intermunicipal e depois apresentamos as Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e catorze. -----

----Dar nota que foram definidas em sede de Conselho Intermunicipal, quatro linhas estratégicas fundamentais para o ano de dois mil e catorze, um pouco a exemplo do que tem sido a estratégia da Comunidade Intermunicipal no anterior mandato. Desde logo a Estratégia Territorial Desenvolvimento dois mil e catorze/ dois mil e vinte, como o Senhor Presidente há pouco falou; incrementar a capacidade competitiva da região, a coesão territorial e promover a cooperação intermunicipal; o modelo de governação do QREN, a gestão da contratualização com o Programa MaisCentro e o reforço da identidade Viseu Dão Lafões organização e gestão interna. -----

---Eu começava desde logo pela primeira linha estratégica territorial de desenvolvimento e dentro do projeto Estratégia Viseu Dão Lafões dois mil e vinte para dar aqui só dois ou três complementos àquilo que o Senhor Presidente já falou.-----

---Há que desenhar aquilo que vai ser a nossa estratégia para o próximo período de programação comunitária tendo como fim único, contratualizar com o programa MaisCentro, com o PO Regional e também com os PO'S Nacionais Temáticos a nossa intervenção territorial integrada, que, a exemplo do anterior quadro, complementarà investimentos de índole municipal mas que será uma estratégia que outros atores da região se revejam nela e portanto tem de ser uma estratégia o mais consensualizada possível estando a trabalhar num triângulo virtuoso que são as associações empresariais, o sistema científico e tecnológico e a Comunidade Intermunicipal e através disso os municípios.-----

---Criámos uma comissão de acompanhamento composta pela Associação Empresarial da Região de Viseu – AIRV, Associação Comercial e as três escolas de ensino superior. Já desenvolvemos oito workshops temáticos, realizados no passado mês de julho, e estivemos em Tondela na passada sexta-feira com o Crescimento Inteligente, iremos estar em Vouzela com o Crescimento Sustentável e depois com o Crescimento Inclusivo, estamos pois a trabalhar com os atores e com as forças vivas da nossa região para de facto ouvir os seus contributos e para que no final tenhamos uma estratégia em que toda a nossa região se reveja. -----

---Outra grande linha estratégica que está presente na Lei nº 75/2013 que tem a ver com a descentralização de competências. Dar nota aqui que de facto este documento já aponta alguns caminhos e algumas ideias do que pode ser estas transferências de competências para a CIM. -----

---O Senhor Presidente hoje deu aqui uma nota importante e que, também vem hoje na comunicação social, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, se ter disponibilizado e ter falado da proteção civil, é um trabalho que já vínhamos fazendo há algum tempo na Comunidade Intermunicipal. Estamos a gizar uma estratégia supramunicipal nesta área, temos feito um conjunto de projetos em parceria com a Autoridade Nacional da Proteção Civil e portanto temos aqui um trabalho para começar a desenvolver, para ensaiarmos um conjunto de estudos piloto na área da transferência de competências dos municípios para a Comunidade Intermunicipal e para em função disso exigir da própria Administração Central essa mesma descentralização e que tenha o correspondente envelope financeiro.-----

---Outro projeto já dentro da linha estratégica é incrementar a capacidade competitiva da região, a coesão territorial e promover a cooperação Intermunicipal. Dar nota de um exemplo



já de descentralização de competências que tem sido a gestão da infraestrutura da Ecopista do Dão.-----

---- A Ecopista foi inaugurada em julho de dois mil e onze, nesse mesmo dia os municípios de Tondela, Viseu e Santa Comba Dão delegaram na Comunidade Intermunicipal a gestão desta infraestrutura, que compreende toda a manutenção, gestão e de também toda a promoção. ---

----Dar a nota do que tem sido um ganho de escala, falar num contrato de manutenção desta infraestrutura para cinquenta quilómetros é completamente diferente daquilo que antes o Município de Viseu tinha de oito quilómetros e que com o lançamento de um concurso público para a gestão e manutenção desta infraestrutura, a Comunidade Intermunicipal reduziu para metade o custo por quilómetro da manutenção.-----

----Dar conta também do trabalho que a Comunidade Intermunicipal fez para colocar esta infraestrutura nas redes internacionais. A Comunidade Intermunicipal juntamente com os três municípios participou em dois projetos europeus geridos pela própria Comissão Europeia. Um dos projetos foi o Greenways4Tur e outro projeto recente foi o projeto Greenways Product.----

---- São projetos que trabalhamos com consórcios de vários países, desde a Noruega, Dinamarca, Itália, Espanha onde podemos de facto trocar experiências e aprender mutuamente com cada um desses consórcios que gerem este tipo de infraestruturas. -----

----Isso possibilitou-nos em setembro último termos na nossa região, no nosso território, na cidade de Viseu e pela primeira vez em Portugal, um evento de dimensão internacional, um evento ligado às Vias Verdes que possibilitou a entrega dos Prémios Europeus das Vias Verdes, com a participação de muitos peritos e com a realização de um workshop internacional o que culminou com a entrega de um Prémio de Excelência à Ecopista do Dão. -----

----Em termos da formação supramunicipal dar nota que desde há algum tempo a Comunidade Intermunicipal lidera estes projetos, já vamos no terceiro projeto e hoje o projeto que aprovámos é o quarto projeto de formação (formação – ação). -----

----Dois projetos formação/ação e dois projetos de formação em sala e dar nota que tem sido fantástica a capacitação dos técnicos dos municípios em áreas muito variadas, muito técnicas e dizer que a estratégia de termos esta formação na sede da Comunidade Intermunicipal e o facto dos técnicos dos municípios se deslocarem à Comunidade Intermunicipal, a troca de experiência que tem sido possível está a originar formas de discussão e troca de dúvidas entre eles, os inquéritos de satisfação que temos dos técnicos dos municípios também tem sido muito boa e temos tido formação de alta qualidade.-----

---- Na última formação na área das Finanças Locais cerca de oitenta colaboradores dos municípios passaram pela Comunidade Intermunicipal.-----

---A Modernização Administrativa é um projeto que, há cerca de dois anos atrás, encetámos com uma estratégia supramunicipal na área da modernização administrativa, uma estratégia que chamámos “Um Modelo, Catorze Municípios” sabemos muitas vezes que os custos de contexto são entraves à competitividade das empresas e foi isso que nós fizemos, trilhámos um caminho e definimos uma estratégia supramunicipal dentro da modernização administrativa. -----

---Trabalhámos na área do balcão único online e na área do urbanismo e da edificação e paralelamente a isso fechámos um projeto de três milhões e meio de euros em fevereiro último, aprovado pelo Programa MaisCentro e candidatámo-nos a um novo projeto de modernização administrativa. -----

---Temos um projeto financiado no âmbito do Programa Compete e que tem basicamente como grandes linhas, o reforço do balcão único físico e online, disponibilizando mais serviços online indo inclusivamente até à plataforma de pagamentos da administração pública, o pagamento online dos serviços nos portais dos municípios.-----

---Estamos a desenvolver um projeto no âmbito da implementação do SIG à escala intermunicipal. Foram criadas equipas de SIG em cada um dos municípios e cada uma dessas equipas teve cerca de trezentas horas de formação em SIG, na Comunidade Intermunicipal. Isto originou que neste momento esse know-how da Comunidade e esse conhecimento de cada um dos técnicos dos municípios adquiriu está a pô-lo ao serviço dos municípios e está a pô-lo ao serviço da Comunidade e que irá permitir a cada um dos municípios libertarem-se de algum software proprietário que tem custos muito acrescidos para os municípios. -----

---Outra área é a introdução de soluções de software opensource. -----

---Todos nós sabemos os custos que grande parte dos municípios hoje paga em termos das soluções da Microsoft. Há mesmo já imposições no âmbito do Orçamento de Estado de dois mil e treze e agora para dois mil e catorze aos municípios para aquisição de software. -----

---Temos um município que já está a fazer esse caminho, o Município de Castro Daire, em que os técnicos já estão a trabalhar em regime opensource, e estão a ter essa capacitação na formação para de facto dirimir muitas resistências que muitas vezes existem nestas mudanças de aplicações. E temos todas as ações relacionadas no âmbito do balcão único do empreendedor e do licenciamento zero. -----

---No âmbito do Empreendedorismo é um projeto, um desafio que nos foi lançado pelo IAPMEI, há cerca de dois anos atrás, em que temos a liderança e a governança do empreendedorismo na nossa região. -----



----Temos uma direção estratégica para a Comunidade Intermunicipal, a Associação Empresarial da Região de Viseu – AIRV, o Instituto Politécnico de Viseu e as Associações de Desenvolvimento Local e temos feito um trabalho notável, um trabalho que se deve não só à Comunidade Intermunicipal, deve-se a todos os municípios, mas deve-se também a estas instituições que fazem parte desta rede. -----

----Temos uma rede que está a funcionar no território, se algum dos senhores Deputados consultar o site empreendedaolafoes.pt poderá visionar, que em cada um dos municípios nós temos uma porta de entrada, porque algum dos municípios tem mais do que uma porta de entrada, e temos um serviço chave na mão ao potencial empreendedor. Empreendedor que entra num município, entra numa associação comercial, que entra numa AHRESP, que entra num instituto de emprego, que entra numa escola profissional que tem uma proposta para montar o seu negócio e através daí que tem um serviço efetuado por pessoas especializadas que foram capacitadas para que façam um estudo do plano de negócios desta potencial ideia de negócio e que se o projeto for viável o irão acarinhar até ao primeiro ano de vida da empresa. -----

----No âmbito do Empreendedorismo nas Escolas, vamos entrar na terceira edição, dar nota do que é este ano o projeto, contempla quarenta e duas escolas da nossa região, são cento e vinte e quatro professores de segundo ciclo, terceiro ciclo, do ensino secundário e profissional e são cerca de dois mil e quatrocentos alunos envolvidos, que no passado originou cerca de cento e quarenta ideias de negócio. -----

---- Dar aqui uma nota importante, está aqui o Dr. João Cotta, que esteve na criação do Clube Business Angels de Viseu Dão Lafões, que teve o apoio da Comunidade Intermunicipal e que está sediado na AIRV, e é presidido pelo Dr. Paulo Varela da Visabeira e é mais uma fonte de financiamento e mais um instrumento que temos à disposição dos nossos empreendedores. ---

----Outro projeto que temos, embora não esteja ainda aprovado, tem a ver com Eficiência Energética Pública. Submetemos, em setembro último, uma candidatura no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Território que tem como objetivo final a redução da fatura energética dos municípios. -----

----Nós temos a Ecopista do Dão que muitas vezes é procurada por pessoas de fora da região, mas mais do que isso por estrangeiros, a própria CIM já chegou a organizar estadas de quatro e cinco dias na nossa região e temos que dar muitas vezes a estas pessoas que são amantes da natureza, mais do que a Ecopista do Dão porque a Ecopista do Dão como eles dizem fazem Viseu-Santa Comba Dão e Santa Comba Dão-Viseu numa manhã e estão identificados no território muitos trilhos, muitos corredores verdes, muitos circuitos de BTT e nós de facto

temos aqui esta responsabilidade de cruzar toda esta oferta, estruturar esta oferta e pô-lo claramente à disposição dos turistas e das pessoas.-----

---Dentro da proteção civil também dar nota da articulação que tem sido possível fazer entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil e a CIM, temos dois projetos: “Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual”, para os corpos dos bombeiros fatos, luvas, botas e capacetes, um concurso público internacional que está a decorrer na Comunidade Intermunicipal e que aguardamos ansiosamente a aprovação dele para que de facto possamos dotar os corpos de bombeiros da nossa região com estes equipamentos. E também a “Elaboração de Cartas de Risco”.-----

---Outro projeto que estamos de facto a gerir, tem a ver com a “Rede Urbana de Competitividade e Inovação Viseu Dão Lafões”, começou em dois mil e nove num trabalho que fizemos juntamente com a AIRV na apresentação de um plano estratégico.-----

--- É este projeto que possibilitou a Mangualde ter um NestPolis, onde está ligado e ancorado com as empresas do concelho como é a Citroen, como é a Patinter e outras empresas; é este projeto em que Viseu tem um Centro de Criatividade na Rua do Comércio; que o Município de São Pedro do Sul tem um polo de criatividade e bem-estar na Termaslitur, nas Termas de São Pedro do Sul. Portanto há um conjunto de projetos em que os executores são os municípios. Do lado da Comunidade Intermunicipal, o projeto fundamental que nós temos é o projeto “Criar e Promover a Marca Viseu Dão Lafões”.-----

--- Porquê Marca Viseu Dão Lafões? É a submarca que é designada pela Entidade Regional do Turismo do Centro, é dentro da Marca umbrela Centro de Portugal e que está articulado estrategicamente e em termos operacionais com o Turismo Centro de Portugal. É um projeto que foi aprovado durante o ano de dois mil e treze.-----

---Há um evento que já fizemos há algum tempo atrás que foi o Prove Dão Lafões, um evento que foi realizado na cidade de Viseu, junto à Sé, foi um momento fantástico em que tivemos a visita de muitas pessoas de fora da região mas fundamentalmente foi um momento em que mostrámos os nossos produtos endógenos e fizemos uma coisa importante para estes produtores que foi: fizeram negócio.-----

---Depois temos outra linha estratégica que é a Gestão da Contratualização com o Programa MaisCentro. A Comunidade Intermunicipal gere cerca de setenta e oito milhões de euros. Temos cento e seis projetos dos municípios, dos catorze municípios, e estamos numa fase de grande exigência e de trabalho, de grande exigência também de execução. Estamos a chegar ao final de um quadro, temos mais dois anos para o encerramento dos projetos, a fase em que agora estamos é a fase de verificação física e documental das operações, é quando temos de ir



aos municípios e verificar toda a conformidade do processo legal e para depois também libertar os cinco por cento finais do projeto. -----

---Depois uma área mais instrumental que tem obviamente a ver com a organização e gestão interna da CIM. -----

---Relativamente à promoção e divulgação temos aqui um trabalho importante que é reforçar a identidade Viseu Dão Lafões. Temos aqui um conjunto de iniciativas que pretendemos divulgar durante o ano, um conjunto de iniciativas que queremos cruzar com a Marca Viseu Dão Lafões, fundamentalmente também para encontrar a fonte de financiamento respetiva para financiar cada uma destas atividades. -----

---Vamos à parte dos números que se traduzem neste plano de atividades. Foi distribuída toda a documentação a cada um dos senhores Deputados, portanto o mapa resumo do orçamento, os mapas das receitas e das despesas e as Grandes Opções do Plano. -----

---Dar nota, o Senhor Presidente já deu há pouco, relativamente à questão da receita. Todos estes projetos que vos estive a falar, são projetos cofinanciados, por FEDER ou são cofinanciados por Fundo Social Europeu, fora esta fonte de receita a Comunidade Intermunicipal tem a fonte de receita da via da DGAL, via orçamento de estado e a quotização dos municípios. Depois tem um conjunto de protocolos no âmbito da proteção civil, com a Autoridade Nacional da Proteção Civil e também a gestão da Ecopista do Dão, com a contrapartida respetiva a cada um dos municípios, na percentagem dos seus quilómetros. -----

---Em termos de despesa não é muito visível se calhar em quadro, os projetos e as gop's estão organizadas por projeto e ação e tem obviamente cada uma das unidades orgânicas da CIM que desenvolve cada um desses projetos. -----

--- Se olharmos para as Grandes Opções do Plano a CIM Viseu Dão Lafões tem um conjunto de projetos supramunicipais e um conjunto de projetos que exigem um grande know how e grande capacidade técnica a quem os executa. Desde logo estamos a falar da preparação da Estratégia Territorial da Região Dão Lafões, que entregámos a uma empresa privada, em sede de um procedimento concursal a quem tinha capacidade para num curto espaço de tempo, executar a tarefa, sempre sobre a batuta e a coordenação do Conselho Intermunicipal.-----

---Quando falamos de um milhão e tal nos fornecimentos e serviços, temos de ver que só quinhentos mil estão logo afetos a projetos de formação. Temos duzentos e tal mil euros do projeto de formação que está a decorrer, que foi entregue a uma empresa em sede de concurso público. -----

---A CIM Viseu Dão Lafões não pode dar formação tem de entregar este projeto a uma empresa que tem a acreditação da DGERT e outro conjunto de creditações e nós não

entregamos tudo, nós ainda ficamos com um envelope financeiro para a CIM Viseu Dão Lafões, para criar know how e massa crítica na Comunidade Intermunicipal.-----

----Dar uma nota também, que todos os recursos humanos da Comunidade Intermunicipal estão afetos a fundos comunitários e quando na formação entregamos toda a rubrica dois que é a rubrica da formação, que é de ministrar formação temos que a entregar porque é de lei, portanto só duzentos mil euros é do projeto que temos em execução e transita para dois mil e catorze e mais trezentos e setenta e oito mil euros é um concurso público internacional que iremos abri-lo durante o dia de amanhã ou o mais tardar na quarta-feira, hoje foi aprovada a revisão orçamental, porque temos para efeitos do POPH e execução do QREN que lançar este concurso público ainda este ano, portanto só aqui estamos a falar de quinhentos e tal mil euros. -----

----Outra nota, da rubrica 02 02 20 outro exemplo que posso dar tem a ver com um projeto da Marca Viseu Dão Lafões. A Marca Viseu Dão Lafões é um projeto que são seiscentos mil euros que nós temos aprovado e obviamente quando estávamos a falar de marca e promoção da região, não podemos estranhar que apareça no orçamento "Trabalhos Especializados", que apareça no orçamento "Publicidade", que apareça no orçamento "Comunicação", porque é isso que vamos fazer, vamos fazer a comunicação da Marca Viseu Dão Lafões articulados com o Turismo do Centro de Portugal.-----

----Dar uma nota, há bocado falava-se aqui do problema da transparência, todos estes projetos são financiados em sede de fundos comunitários, nós somos auditados por um conjunto de instituições e grande parte dos projetos são concursos públicos e muitas vezes são concursos públicos internacionais, onde muitas vezes o critério é o preço mais baixo. -----

----Dar nota também, que o evento Prove Viseu Dão Lafões é um evento que também cá está, é um trabalho especializado, é uma empresa especializada que sabe fazer isso e sabe fazer bem. Por mais recursos humanos que nós tenhamos na CIM não são eles que vão fazer esse trabalho, que é um trabalho de cariz técnico, exige know how e experiência das pessoas que o vão fazer.-----

----Dar nota também, que no âmbito do projeto Modernização Administrativa também estão cá cerca de cem mil euros do projeto da Modernização Administrativa. Os municípios vão "pendurar" mais serviços online nos seus balcões únicos, alguém tem de chegar aos municípios e fazer esta reengenharia de processos tem de pegar nos documentos dos municípios. Está aqui o Senhor Presidente do Município de Castro Daire e o Senhor Presidente de Vila Nova de Paiva, Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, o Senhor Presidente da Câmara de Carregal do Sal, foi um Presidente agora recentemente eleito, mas estes dois senhores

presidentes podem falar do grande trabalho que foi feito no âmbito da reengenharia de processos, tem de ser entregue em sede de procedimento concursal a uma empresa especializada com know how na área. -----

---É um conjunto de processos supramunicipais que a CIM lidera e que o facto de aparecerem aqui nesta rubrica “Trabalhos Especializados” é de facto a necessidade do cariz muito técnico e especializado destes trabalhos, que por mais funcionários que nós tivéssemos não tínhamos possibilidades de o fazer com um grau de qualidade e rigor assinalável.-----

---Portanto eu deixava agora para a fase de debate mais algumas questões que me queiram fazer.” -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Cotta, cuja intervenção se transcreve: “Boa noite a todos. Eu vou ser breve. Queria primeiro felicitar o orçamento que foi apresentado e sobretudo com a preocupação demonstrada pelo Senhor Presidente de reduzir custos fixos, de evitar custos ociosos e de privilegiar a competência com obviamente contratando os trabalhos e não criando estruturas fixas que se perpetuam no tempo.-----

---Também estou de acordo com o plano de atividades que revela ambição e competências e com particularmente com um projeto que tenho especial carinho que é o projeto do Empreendedorismo, da Rede Regional de Empreendedorismo.-----

---Uma pequena nota, eu participei na sexta-feira num debate que houve sobre a Estratégia que foi realizada em Tondela chamado Desenvolvimento Inteligente e eu exorto aqui todos os Senhores Deputados Intermunicipais a participarem nesses workshops. Foi um workshop de grande qualidade, muito vivo e aquilo que faço votos e que peço ao Senhor Presidente que consigamos transformar como eu referi na minha intervenção, esta estratégia numa visão e essa visão tenha indicadores e tenha métricas.-----

---Que consigamos regularmente medir esses indicadores e essas métricas para que possamos, de forma concertada e unida tomar as medidas para corrigir eventuais desvios. Agora o que não se mede, não se gere e eu faço desafio ao Senhor Presidente e tenho a certeza que ele fará o que for melhor para a região, mas penso que termos indicadores, métricas precisas para que possamos monitorizar aquilo que estamos a fazer no domínio demográfico, no domínio económico, no domínio cultural, no domínio do empreendedorismo para que saibamos se estamos a fazer mal temos de mudar e fazer, tomar as medidas para que possamos corrigir. -----

---E já agora para fim, uma nota pessoal, queria felicitar o Senhor Presidente da Comunidade verdadeiro presidente, quando fez uma intervenção à presidente e também para dar uma pequena nota ao Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal pela classe com que está a



dirigir esta assembleia, pela grande elevação e de facto dar os meus parabéns e que continue, que sentimo-nos muito bem liderados por si.” -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Jaime Almeida, cuja intervenção se transcreve: “Eu queria cumprimentar a Mesa, o Senhor Presidente da CIM, o Senhor Secretário, o Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire e os restantes membros desta Assembleia.-----

---Depois da explicação que nos foi dada sobre os pormenores dos planos e orçamento, eu tinha aqui algumas questões que gostava que me fossem esclarecidas: -----

---Antes de mais queria também fazer uma pequena correção ao Senhor Presidente que o custo com o pessoal não são setenta e sete mil euros, são efetivamente, trezentos e cinquenta e dois mil euros, era só uma pequena correção. Depois gostava de colocar esta questão relativamente à “Aquisição de Outros Bens”, há aqui uma rubrica de “Outros Bens” em que corresponde a catorze por cento do orçamento, no volume de trezentos e sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e cinco euros. -----

---Tenho outra questão também relativamente às “Despesas de Representação de Serviços”, a quem é que são pagas essas despesas, assim como às “Deslocações e Estadias”, a quem é que se refere estes volumes. Há aqui também uma alocação de “Material de Transporte”, eu gostava de saber se é uma viatura ou se são duas, porque o consumo de gasóleo que se refere a essas viaturas acho um bocadinho elevado. Portanto eram estas as questões que gostava que me explicasse.” -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Dinis, cuja intervenção se transcreve: “São apenas duas considerações e faço-o agora antes da votação, porque depois não o poderei fazer e para não ser apanhado na curva como fui há pouco, portanto faço-o desde já.-----

---A primeira questão tem a ver com a gestão da Ecopista e como os municípios vão transferir esses montantes para a sua manutenção. No caso do município de Tondela, vai transferir um determinado montante para a manutenção e conservação da Ecopista para a CIM, e porque nós colocámos a possibilidade de eventualmente entregar essas tarefas aos sapedores florestais que estão entregues às juntas de freguesia nas áreas atravessadas pela Ecopista, achamos que essa seria um boa solução. Provavelmente poder-se-ia poupar algum dinheiro com isso. Não sei se não seria do ponto de vista da análise de custos uma opção a considerar, mas certamente poderia ser bem mais económico. Mas esta é uma questão que poderá ser, ou irá ser colocada certamente também na Assembleia Municipal de Tondela.-----

---A segunda questão tem a ver com a Modernização Administrativa. Tem a ver com uma limitação que houve nas anteriores candidaturas, e que era o facto de os municípios não se poderem modernizar do ponto de vista de hardware de equipamentos. Na altura foi

explicitado que o regulamento não o permitia mas sem dúvida alguma que passado um quadro comunitário, dois quadros comunitários, num momento em que temos novos softwares, temos cloud, temos quase tudo do ponto de vista de inovação tecnológica, e continuamos a não poder com o financiamento, com o apoio comunitário, modernizarmo-nos em termos de hardware? Acho que era uma das questões que poderia ser acautelada, se calhar não para estas candidaturas que já não o contemplaram, mas para dois mil e catorze, e que pudesse ser acautelado também. -----

----Uma última nota, já que não virei aqui novamente falar a este púlpito, para desejar a todos um Santo Natal e também felicitar, quer os Senhores Presidentes do Conselho Intermunicipal, o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal e o Senhor Primeiro Secretário, desejar-vos também um bom mandato. Esta é a primeira oportunidade para o fazermos aqui, e por isso quero desejar um excelente mandato a todos, porque assim ganhamos todos, e o território ganhará certamente com o desempenho de cada um de vós nas respetivas funções.” -----

----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Santos, cuja intervenção se transcreve: “A primeira questão que eu queria aqui colocar é a mesma que já foi colocada pelo António Dinis – a manutenção da Ecopista Viseu/Tondela/Santa Comba Dão. Qual é o papel da Comunidade na gestão desta pista ou na sua manutenção e conservação porque, que eu saiba todo o valor de despesa feito com a Ecopista está a ser transferido pelos municípios; eu tenho lá um orçamento para aprovar na próxima sexta-feira na Assembleia Municipal de Tondela, onde constam largas dezenas de milhares de euros para isto. Portanto, não vejo que isso seja algo de importante ou de relevo para as atividades da Comunidade Intermunicipal, mas queria, de qualquer modo, que me esclarecesse melhor: qual é a relação ou se é apenas a questão de haver um entendimento entre as parte, fazer a coleta e pagar. -----

----Eu continuo a dizer que, apesar da justificação que foi dada acerca dos estudos e projetos etc., ainda havia muita coisa que podia ser feita com pessoal que fosse admitido definitivamente. Veremos depois como isso é. -----

----Há ainda uma verba que me pode preocupar (ou não, dependendo da explicação). Quando vejo num qualquer orçamento, passados dois ou três anos desde que foram proibidos os financiamentos às fundações, quando vejo aí financiamento a instituições sem fins lucrativos, fico um pouco assustado. Portanto, só queria saber se já tem algum destino e qual é esse destino. -----

----Quanto à “Publicidade” obviamente que a Comunidade tem que fazer publicidade. Disse aqui que essa publicidade vai ser feita em colaboração, se eu entendi bem, com o Turismo do Centro. Eu quero saber se essa colaboração é para premiar, de algum modo, a Região de

Turismo do Centro por ter, por exemplo, encerrado o posto de turismo do Caramulo. Encerrou o posto de turismo do Caramulo e que se mantém aberto mas alguém paga - o Município de Tondela! E, porque não pode pagar diretamente, paga através de outros meios, por portas travessas. O ano passado, foi através de uma porta, este ano vai ser através de outra, mas também queria que isto fosse esclarecido. Portanto, a Região de Turismo do Centro tem de ter algum cuidado se quer ter a colaboração da CIM, também a CIM tem que chamar a si alguma responsabilização do Turismo do Centro, concretamente em casos como estes.-----

---E também queria saber desses cento e nove mil euros em publicidade, que publicidade é essa? É que, ao longo destes quatro últimos anos, fartei-me de ver, nos jornais de Viseu e em alguns jornais regionais, publicidade com promoção pessoal. Por isso, queria saber. Embora pense que isto não será para continuar e, se for espero que essa promoção pessoal não seja feita, sinceramente e por uma questão de princípio, em favor do atual Presidente da Comunidade e penso que ele não quererá!) Queria também fazer uma pequena referência ao Senhor Deputado, ao senhor membro da Assembleia e meu caro amigo João Rebelo Cotta: é que compreendo-o perfeitamente, o contrário é que seria de me surpreender - a sua concordância em que tudo se entregue a privados! Muito obrigado.”-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: “Era só aqui em relação ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, só referir que concordo inteiramente com a intervenção que fez, só referir que a articulação dos investimentos municipais no âmbito Intermunicipal é feita em sede do Conselho Intermunicipal, na base da autonomia.-----

---Não estamos ainda naquilo a que se chama a autarquia regional e por isso depende sempre de uma articulação em sede de Conselho Intermunicipal e também de acordo no total respeito por aquilo que é a autonomia municipal. E por isso espero um dia nesta Assembleia não ter que um dia ver a caixa de Pandora que foi aqui levantada, aqui aberta.-----

---Em relação a outra situação que não posso aqui deixar de falar, tem a ver com a questão do bairrismo de Viseu ou não Viseu Dão Lafões. É óbvio que quando se fala de uma marca fala-se de Viseu, com todo o respeito pelos outros concelhos o centro é Viseu.-----

---E quando se fala da marca é óbvio que quando ainda não se falava de Viseu Dão Lafões, já a CIM Dão Lafões tinha o cuidado de vender em algumas situações, nomeadamente alguns eventos, vendia, no bom sentido, a marca Viseu Dão Lafões em muitos eventos e ainda não havia a comissão Intermunicipal Viseu Dão Lafões e por isso aqui não tem de haver bairrismos tem a ver com uma situação que tem a ver com um processo que é normal e quando as outras CIM’S chamam, designam CIM da Região de Coimbra, da Região de Aveiro, da Região de Leiria

não é por nenhuma questão bairrista, designam assim porque entenderam que a CIM Região de Aveiro, a CIM Região de Coimbra, a CIM da Região de Leiria tinha uma outra força e foi esta união e esta perspetiva de futuro e de vender uma marca que era a CIM que foi feita e por isso aqui e muito bem os senhores autarcas entenderam fazer esta não houve cedências nem contrapartidas não houve nada disso, houve uma marca que foi todos os autarcas entenderam que era melhor haver a marca Viseu Dão Lafões e foi essa marca que ficou. -----

---Quanto ao resto, quanto às questões acessórias que aqui foram levantadas eu acho que as coisas já foram esclarecidas em sede própria e por isso estar sempre a levantar estes processos faz parte também de alguma maneira de atuar, de estar em política mas os assuntos foram esclarecidos a quem de direito nos sítios próprios e nos momentos próprios.” -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Amaro, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente, eu peço desculpa porque realmente eu tinha pedido à Mesa mas ninguém tinha visto mas o problema é meu, não é da Mesa.-----

---Eu tinha pedido precisamente por causa do que tem a ver com as Opções do Plano e eu muito sinceramente, e vou dizê-lo com toda a sinceridade, da leitura que fiz tinha ficado com uma ideia, a apresentação que foi aqui feita melhorou a minha perceção sobre as Opções do Plano. -----

--- Melhorou a minha perceção porque a apresentação mais sintetizada do que estava no próprio documento e às explicações que foram dadas, isso deixou-me mais satisfeito. -----

--- De qualquer forma há aqui uma opção de fundo no entanto que não obstante das explicações que estas Opções do Plano têm, eu bem sei e concordo, que dado os recursos técnicos tem a CIM faz o possível dentro desses mesmos recursos, portanto não está em causa isso nem o profissionalismo nem a capacidade aliás como foi demonstrado aí na apresentação, não coloco isso em causa. -----

--- Agora e também sei que devemos ter isso em atenção que está previsto para fevereiro de dois mil e catorze a apresentação da Estratégia Territorial e Desenvolvimento, portanto em fevereiro e depois teremos a oportunidade de aqui discutir isso e que essa Estratégia foi entregue portanto a uma empresa que será penso eu e não tenho dúvidas também sobre isso conceituada nesse aspeto.-----

---Mas o que eu queria dizer é, e quando eu digo que há aqui uma filosofia subjacente que me parece importante é, eu acho que a CIM com os recursos que tem ou aqueles que pode ter com que digamos a pareceria estratégica que deve ter entre todos os concelhos e também eles próprios têm técnicos e têm pessoas para poder definir a Estratégia, eu penso que do ponto de vista político eu não sou muito favorável que a CIM o facto de entregar a uma empresa e que

seja uma empresa conceituada, não a deve desresponsabilizar do ponto de vista político sobre essa mesma Estratégia.-----

---- E a minha questão de fundo é mesmo essa, ou seja, a CIM tem de ter nos seus quadros políticos e dentro dos quadros das câmaras a definição de estratégias que levem a empresa a trabalhar sobre aquilo que politicamente é relevante isto ara mim é importante porquê? -----

---- Porque a responsabilidade é uma responsabilidade política, essa ideia e contra mim falo se calhar de entregar a profissionais e lavar as mãos a técnicos, aquilo que é uma Estratégia digamos que sobre instituições ou sobre territórios onde há responsabilidades políticas não dá a meu ver bom resultado, a definição da Estratégia tem de ser política e por isso é que eu a olhar para este documento mas eu agora retiro algumas das coisas que disse, porque está aqui a data e vamos ver. Ao olhar para este documento eu gostava de ver as linhas estratégicas que ali estão, com as quais concordo, são gerais não há ninguém que discorde, mas gostava de ver também digamos que dentro dessas linhas estratégicas a definição de eixos de desenvolvimento que se baseassem sobre as características e identidade dos recursos que existem na região, porque nós sabemos que o próximo quadro, chamemos assim, comunitário de apoio o que vem aí, é um quadro que vai mudar a sua própria filosofia e a sua própria estratégia, ou seja, aquilo que vai apoiar vai ter de ser enquadrar naquilo que é uma definição política estratégica para o país mas também sobre uma, duas ou três ideias e não todas naquela vastidão de projetos digamos que toda a gente apresenta projetos, sem esse enquadramento estratégico.-----

---- Eu penso que este documento já podia ter até tendo em conta a história da própria CIM e até os estudos que há sobre a própria região e até que são conhecidos pela própria CIM, penso que poderia ter ido um bocadinho mais longe sobre aquilo que acha para esse quadro até dois mil e vinte, o período de dois mil e catorze, dois mil e vinte, dois ou três eixos fundamentais de acordo com aquilo que é estratégico para esta região, porque para esta região não pode ser tudo estratégia, tem que haver duas, três ideias de força, dois ou três eixos de força que serão essenciais.-----

---- Eu pergunto: é a indústria? É a agricultura? É os serviços? Fico sem saber. -----

----O que é que se vai privilegiar? É tudo? Mas tudo é mais perto do nada e portanto eu acho que aqui sim e isto aqui não tem a ver com técnicos tem a ver com política, política para a região. Qual é a política de desenvolvimento regional ou qual é a política para esta região sobre a qual essas empresas vão trabalhar? -----

----Portanto eu cá estarei para depois ver o estudo dessas empresas e se lhe foram ou não fixados esses objetivos. Eu não quero falar antes do tempo mas com certeza que foram, tenho

a certeza que foram e depois cá veremos e analisaremos esse mesmo documento. Mas aqui nestas Opções poderia já estar, a meu ver, um pouco isso.-----

---É talvez isto que eu queria dizer, mas com isto não queria retirar este espírito natalício que está aqui e que é bom e é de salutar e digamos que há concordância sobre isso. São apenas ideias não são críticas sequer, são apenas uma reflexão e terminar dizendo para não ficar uma ideia errada de que a apresentação que foi aqui feita me deixou, digamos que mais satisfeito se assim posso dizer sobre aquilo que são estas mesmas Opções.-----

--- Mas eu penso que este ponto aqui, concordarão comigo, sobre tudo porque não ficámos a saber o que é que aqui quais são as maiores potencialidades ou aquilo que neste quadro vamos apostar e eu acho que é possível definir isso, obviamente politicamente.”-----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, cuja intervenção se transcreve: “Três notas. Obviamente que a estratégia é política, qualquer estratégia é política não pode estar é aqui esplanada mas obviamente que será discutida depois de avaliada no Conselho, que é o lugar próprio onde estão representados todos os municípios. -----

---Também senhor professor, só para lhe dizer que obviamente que estamos numa fase de transição, se verificarmos não sabemos bem o que é que sobe de baixo e quando eu digo de baixo é dos municípios para as CIM's e o que é que desce da administração central, estamos numa fase de transição e também estamos numa fase de transição nos próprios quadros comunitários. -----

--- Ainda não está definido no Conselho Regional os eixos, as medidas, eu já lá vi eixos submetidos e medidas e que hoje estão retirados que também temos de ter essas cautelas, digamos assim e obviamente que acima de tudo também ainda não sabemos o novo modelo de governação das CIM's eu quero dizer isto com clareza, também não sabemos bem qual vai ser o novo modelo de governação.-----

---Muito bem, dito isto para dizer duas coisas mas há aqui obviamente algumas coisas escalpelizadas: despesas de representação, todos nós nos preocupamos com isso fiquem cientes, eu não tenho lá uma, não tenho um cêntimo isso quem me conhece da minha maneira, mesmo por lei, não costumo também não venho aqui verificar o que o meu vencimento também não vem aqui, também não existe por isso estou devidamente à vontade quanto a isso. -----

---Duas: “Outros Bens” aqui obviamente que a CIM tem uma vocação e às vezes aparecem estas denominações “Outros Bens”, não temos o *know-how* ou a competência técnica e política para comprar capacetes para os bombeiros mas também está aqui a candidatura nos

trezentos e sessenta e quatro mil euros e obviamente que somos parceiros e chefes de fila com a Autoridade Nacional, esta é a que eu sei.-----

---- Depois “Publicidade” e obviamente Joaquim Santos, eu espero que faça publicidade pelas boas ações e que não faça publicidade, nem quero, digo desde já, não é desejável não a quero, que façam publicidade minha nestes meios e principalmente e quem me conhece sabe que publicidade encomendada para mim não conta. -----

----É a publicidade criteriosa para digamos que dar publicidade aos projetos, aos eventos e àquilo que tudo mais que traga mais-valia para a CIM. Mas o Dr. Nuno quer esclarecer-vos aqui mais algumas questões que foram colocadas.” -----

---Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: ““Também de uma forma muito rápida, relativamente ao Deputado Jaime Almeida, de Mangualde, portanto os “Outros Bens” é a candidatura dos “Equipamentos de Proteção Individual dos Bombeiros”, trezentos e tal mil euros, lá está é de facto este concurso público internacional que vem das GOP’S e “cai” exatamente ali naquela rubrica.-----

----As “Deslocações e Estadas” são despesas de representação e o Presidente já falou que este orçamento tem a questão da Marca Viseu Dão Lafões uma promoção do território também muito intensa, também tem outros projetos supramunicipais que nós lideramos e dar nota que nós temos, por exemplo, na atratividade do território e promoção da região temos um conjunto de participações externas, num conjunto de feiras onde obviamente haverá lugar a deslocações e estadas, mas é pouca expressão. -----

----Por exemplo, a questão do subsídio de transporte dos membros da Assembleia Intermunicipal, embora com pouca expressão, mas obviamente aqui tem um conjunto de participações da Comunidade Intermunicipal como em feiras internacionais de promoção do território, da atratividade do território onde inclusivamente a Comunidade Intermunicipal pode levar empresários, se vai promover o Vinho do Dão pode fazê-lo em articulação com a CVR Dão e portanto estas rubricas têm um peso grande na gestão destes projetos e fundamentalmente também rubricas que são financiadas e cofinanciadas por fundos comunitários, nos projetos que a CIM lidera.-----

----A questão das viaturas, esta questão ainda não foi muito bem falada com o Conselho Intermunicipal é uma perspetiva da Comunidade Intermunicipal, pois os técnicos vão ter de se deslocar muito para os municípios este ano, nas verificações no local e portanto é aqui a perspetiva, ou não, se o Conselho Intermunicipal obviamente autorizar essa aquisição da viatura obviamente o gasóleo nesse caso é exagerado, é uma rubrica que está dotada por cima, concordo com essa perspetiva.-----

---Relativamente ao Deputado António Dinis dizer-lhe que de facto a “Modernização Administrativa” e os regulamentos de FEDER e os regulamentos comunitários dizem tacitamente que não são para financiar computadores. Os municípios com recursos próprios se sentirem necessidade disso obviamente o podem fazer, mas financiou *hardware*, no primeiro projeto de Modernização Administrativa toda a capacitação tecnológica, leia-se servidores / *data centers*, portanto só não financiou computadores pessoais. -----

---Quanto à questão da Ecopista do Dão dar a nota, aproveito para responder ao Deputado Joaquim Santos, a CIM não faz só a manutenção e depois cobra ao município, isto não é “Faz lá o trabalho e dá para cá o dinheiro” a CIM faz muito mais do que isso. -----

--- A CIM tem um plano de gestão da infraestrutura, tem um plano de promoção e divulgação da infraestrutura, está a colocar a Ecopista nas redes internacionais e acho que os resultados estão à vista. Era completamente impossível a cada um dos municípios estar a promover individualmente esta infraestrutura se não fosse englobado numa infraestrutura como é a Comunidade Intermunicipal, que fizesse a gestão dela como um todo. -----

---Dar nota também que relativamente à questão das transferências para entidades sem fins lucrativos elas estão identificadas, é Teatro Viriato e é a CVR Dão – Comissão Vitivinícola da Região do Dão. São dois projetos que foram aprovados em sede do Conselho Executivo, foram aprovados por unanimidade, que têm a ver com dois recursos muito importantes no território um deles é a cultura e outro é o vinho. É para financiar o projeto da CVR Dão e também já agora explico porquê:-----

---Se o projeto da “Rota dos Vinhos do Dão” que era financiado a setenta por cento de FEDER se tivesse uma entidade do perímetro orçamental a entrar com cinquenta e um por cento da contrapartida nacional, a taxa de comparticipação passava logo para oitenta e cinco por cento e de facto foi isso que foi decidido no Conselho Executivo.-----

--- O projeto “Viseu A...” do Teatro Viriato é um projeto da mesma natureza também com as mesmas questões formais de fundos comunitários e é um projeto que está englobado na Rede Urbana de Competitividade e Inovação Viseu Dão Lafões e são exatamente estas duas identidades e repito, foram protocolos aprovados e ratificados na Assembleia Intermunicipal, em sede de alteração de revisão orçamental.-----

---Dar nota relativamente à questão da publicidade, eu dei o exemplo do Turismo do Centro, há outros projetos que exigem promoção e exigem publicidade. O projeto do Empreendedorismo é um deles, quando lançamos um concurso de ideias de negócio temos que promover isso na imprensa, para de facto aparecerem ideias de negócio. Os próprios fundos comunitários exigem um conjunto de regras de informação e publicidade, em todos os

projetos que a CIM lidera, e isto também muitas vezes é válido para os municípios que têm que fazer a promoção do incentivo comunitário, tem que fazer a comunicação e disseminação exatamente desse apoio FEDER e muitas delas é exatamente isso.-----

----Relativamente à questão da publicidade e à questão da promoção pessoal, dar também só uma nota, a publicidade é uma aquisição de serviços e que exige um parecer prévio de todo o Conselho Intermunicipal ou de todo o Conselho Executivo e portanto foi sempre aprovado, toda a publicidade da Comunidade Intermunicipal foi também sempre aprovada em sede de Conselho Executivo, porque obviamente a lei assim o exige.-----

----Eu dei um conjunto de exemplos da rubrica “020220” com aquelas duas notas de cariz muito técnico dos trabalhos e que exigem um *know how* e que obviamente a CIM não tem a capacidade exatamente nem *know how* específico para o fazer mas também dizer uma coisa. Hoje uma das regras da gestão é de facto a questão do *outsourcing*, é uma questão fundamental senão qualquer dia precisávamos de fazer um plano de marketing vamos contratar uma pessoa relacionada com o marketing, precisamos de fazer um estudo durante o plano estratégico vamos pedir dois consultores, vamos fazer uma candidatura sobre isso...Obviamente que com peso e medida. Concordo.-----

----Eu concluía já, só se o Senhor Presidente obviamente me permitisse, também para desejar Boas Festas, um Feliz Natal a todos os Senhores Deputados e também um ótimo ano de dois mil e catorze.”-----

----Em face da ausência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou os mesmos a votação, tendo sido aprovados por maioria com uma abstenção.-----

----Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----Relativamente ao **décimo e último ponto da ordem de trabalhos** – Outros Assuntos – o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, usou da palavra e cuja intervenção se transcreve: “Gostaria de agradecer a todos a forma como a reunião decorreu, dizer-vos que não foi mérito meu, foi mérito de todos. Dizer-vos também que a importância do regimento faz sentido.-----

----De hoje retiramos a conclusão de que se entendermos, ou melhor, se o grupo de trabalho entender que esta fórmula é uma boa fórmula, revertê-la-á para o regimento que será depois aqui discutido, se entender que carece de alguma observação nos tempos, sobretudo no período de antes da ordem do dia farão o favor de também o fazer reverter no regimento para que as reuniões possam ser o mais participado possível.-----

----Da minha parte gostei da participação, registámos aqui hoje cinquenta e seis intervenções, o que de facto revela também da vitalidade, discordam e é fundamental que ele seja vital, porque é da sua vitalidade que nós podemos de facto aprofundar a competitividade do nosso território.-----

----Um Bom Natal também a todos. Obrigado pela vossa presença e obrigado pela forma como me permitiram conduzir esta reunião."-----

Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da mesma. ---

